



# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2010-2012 TRIENAL 2013

## IDENTIFICAÇÃO

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENSINO – Área 46

COORDENADOR DE ÁREA: TANIA C. DE ARAUJO-JORGE

COORDENADOR-ADJUNTO DE ÁREA:

COORDENADOR-ADJUNTO DE MP: GISELLE RÔÇAS DE SOUZA FONSECA

## I. AVALIAÇÃO 2013 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Diretoria de Avaliação da CAPES (DAV) realiza a cada 3 anos uma avaliação geral da Pós-Graduação brasileira, na dimensão de mais de 3500 Programas (PPG) de mestrado, doutorado e mestrado profissional. A característica central da avaliação da Pós-Graduação é ser realizada por pares, com base em informações registradas anualmente por cada PPG num sistema comum, e auditada por uma comissão de consultores num esforço concentrado de análise comparativa da evolução e estado da arte em cada Área. **A Área de Ensino foi uma das quatro criadas em 6 de junho de 2011, pela Portaria CAPES nº 83. Ela incorporou todos os PPG da antiga Área de Ensino de Ciências e Matemática, que a nucleou e da qual guarda referências e experiência de organização e avaliação.** No triênio, em 2010-2011 a Área foi coordenada pelo Prof. Roberto Nardi, em 2011-2012 pelo Prof. Antonio Carlos Pavão, e desde fevereiro de 2013 pela Profa. Tania Araújo-Jorge, que se responsabilizou pela consolidação da avaliação trienal, com a parceria da coordenadora adjunta para Mestrado Profissional que assumiu em agosto do mesmo ano.

A avaliação da Pós-Graduação brasileira tem se tornado cada vez mais transparente, sendo disponibilizadas as informações para acesso público na página web da CAPES a cada passo do processo. A base inicial de dados para a avaliação é formada por um conjunto de 12 relatórios padronizados através do sistema Coleta-CAPES: 1. Programa; 2. Teses e Dissertações; 3. Produção Bibliográfica; 4. Produção Técnica; 5. Produção Artística; 6. Corpo Docente, Vínculo, Formação; 7. Disciplinas; 8. Linhas de Pesquisa; 9. Projetos de Pesquisa; 10. Proposta do Programa; 11. Docentes-Atuação; 12. Docentes-Produção.

Em 25/10/2013, quando se concluiu a avaliação, a página da Área de Ensino na CAPES indicava **104 Programas ativos** (21 com Mestrado e Doutorado, 3 apenas com Doutorado, 20 apenas com Mestrado e 60 com Mestrado Profissional), totalizando 125 cursos. Destes, um tem a forma de Associação de Instituição de Ensino Superior (IES) em Rede para formação de doutores na Amazônia Legal (UFPA-UEA-UFMT), dois são em associação ampla entre instituições na mesma região geográfica (UFRGS-UFSC-FURG e UFBA-UFES) e um programa tem características de Multi-unidades da mesma instituição (UNICAMP).

Os PPG da Área de Ensino focam as pesquisas e produções em “ensino de determinado conteúdo”, buscando interlocução com as Áreas geradoras dos conteúdos a serem ensinados. Os PPG têm como objeto a mediação do conhecimento em espaços formais e não formais de ensino e, como principal

objetivo, a construção de conhecimento científico sobre este processo e sobre fatores de caráter micro e macro estrutural que nele interferem.

No período de 21 a 25 de outubro de 2013, uma Comissão de Avaliação de Área composta por 25 consultores esteve reunida na CAPES para proceder à avaliação do triênio 2010-2012 e classificação de **73 PPG da Área de Ensino, sendo 27 Programas Acadêmicos (6 apenas Mestrado, 1 apenas Doutorado e 20 com Mestrado e Doutorado) e 28 Programas de Mestrado Profissional que atuaram no triênio 2010-2011-2012, e acompanhou outros 18 Programas novos (6 Acadêmicos e 12 Profissionais), iniciados em 2011 e 2012.** Os 24 novos Programas já aprovados em 2013 não foram analisados.

A Comissão convidada pela DAV foi constituída segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da CAPES- Ensino Superior (CTC-ES), com consultores com características como competência técnico-científica e experiência na Área, representatividade regional e institucional, equidade de modalidade (programas acadêmicos e profissionais), equidade de gênero e representatividade de subáreas temáticas (ensino de ciências, matemática, física, química, biologia, saúde, humanidades, tecnologia). Compuseram a comissão:

Abigail Fregni Lins	Marta Maria Darsie
Claudia Lisete Oliveira Groenwald	Olival Freire Júnior
Deise Miranda Vianna	Paulo Marcelo Marini Teixeira
Deise Nanci de Castro Mesquita	Paulo Ricardo da Silva Rosa
Eduardo Galembeck	Rute Elizabete de Sousa Rosa Borba
Evandro Ghedin	Sani de Carvalho Rutz da Silva
Helaine Sivini Ferreira	Sidnei Quezada Meireles Leite
Jose André Peres Angotti	Silvia Fernanda de Mendonça Figueiroa
Lenise Aparecida Martins Garcia	Tania Maria Mendonça Campos
Luiz Augusto Coimbra de Rezende Filho	Terezinha Valim Oliver Gonçalves
Marcelo de Carvalho Borba	Veleida Anahi da Silva
Marco Antônio Moreira	Giselle Rôças-coord. adjunta Mest. Profissional
Maria Goretti de Vasconcelos Silva	Tania C. de Araújo-Jorge -coordenação

A avaliação foi orientada pelo seguinte conjunto de documentos: 1) o Documento de Área atualizado em 27/9/2013; 2) o Regulamento da Trienal; 3) a ficha de avaliação; 4) os cadernos de indicadores e planilhas dos programas, consolidando as informações inseridas no sistema coleta CAPES nos três anos; 5) as planilhas de consolidação e documentos preparados pela coordenação e pelas comissões de avaliação de livros e eventos.

Em virtude da natureza diferente dos PPG acadêmicos e profissionais, o CTC-ES definiu fichas de avaliação específicas para cada grupo de modalidades. O grande número de Mestrados Profissionais na Área de Ensino demandou que a comissão se dividisse em dois grupos, um para o trabalho com Programas Acadêmicos e outro para os Profissionais, num desenho similar a uma das propostas de organização em “câmaras” já discutida no Seminário de Área realizado em março de 2013.

A avaliação da Área se configurou numa construção compartilhada, pois: (i) cada consultor recebeu previamente os documentos referentes aos PPG sob a sua responsabilidade, avaliando e preparando uma primeira versão da ficha de avaliação, (ii) os consultores trabalharam em duplas/trios para a preparação das fichas de avaliação individual de cada PPG; (iii) durante a semana da trienal na CAPES os pareceres foram rediscutidos, revisados, inseridos no “Sistema Ficha”, e debatidos pelo coletivo de cada

modalidade; (iv) os indicadores quantitativos foram consolidados pela coordenação e revisados pelos consultores; (v) as fichas foram revisadas e apresentadas à plenária, que discutiu os resultados referentes a manutenção de PPG na mesma nota e de mudança de notas para mais (de 3 para 4, de 4 para 5 e de 5 para 6) ou para menos (de 4 para 3 e de 3 para 2), além de aprovar também o relatório final; (vi) o relatório foi consolidado pela coordenação e incorporou trechos e ideias já trabalhados em diversos documentos e ofícios da Área produzidos no ano de 2013.

### I.1. Situação da Área na avaliação trienal

O crescimento da Área é evidente, e a linha que melhor descreve a tendência desse crescimento é uma exponencial (Fig. 1). Os cursos de Mestrado Profissional compõem atualmente 58% da Área (60 Programas dentre os 104). Como se destinam aos profissionais da educação básica, os Mestrados Profissionais da Área de Ensino geram produtos educacionais disponibilizados para uso em escolas públicas do país, além das dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico destas experiências. A distribuição dos programas no território nacional reflete este crescimento em todas as regiões (Tabela 1).

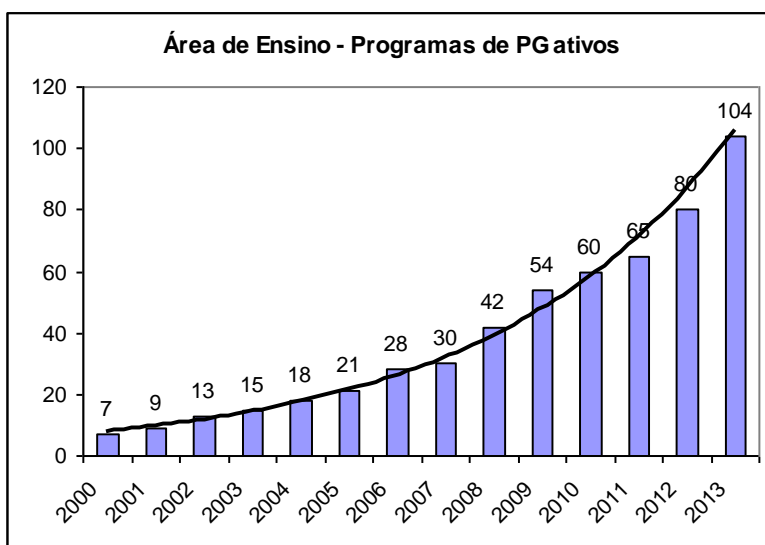


Figura 1: Crescimento do número de programas de Pós-Graduação na Área de Ensino (2000-2010= Ensino de Ciências e Matemática; 2011-2013= Ensino)- Fonte: DAV

**Tabela 1: Distribuição e Evolução Regional dos Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino e indicadores de desenvolvimento socioeconômicos (25/10/2013)**

Brasil e suas regiões	Total de PPG	PPG Área de Ensino	Número de PPG em 4 triênios				Indicadores		**Alunos (matrículas)			***Professores (ativos)		
			Até 2002	2003-2006	2007-2009	2010-2013	PIB * (%)	Pop* %	EF %	EM %	ES %	EF %	EM %	ES %
<b>BRASIL</b>	3.674 (100%)	<b>104 (100%)</b>	15	14	22	<b>53</b>	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>Norte</b>	192 (5%)	<b>8 (8%)</b>	1	1	0	<b>6</b>	4,5	8,3	11	9	8	9	7	6
<b>Nordeste</b>	721 (20%)	<b>15 (14%)</b>	3	0	4	<b>8</b>	15,1	27,8	31	29	20	31	25	20
<b>Sudeste</b>	1.702 (46%)	<b>44 (42%)</b>	6	8	10	<b>20</b>	58,3	42,1	38	41	46	39	44	46
<b>Sul</b>	761 (21%)	<b>27 (26%)</b>	5	4	5	<b>13</b>	16,7	14,4	13	14	17	14	16	18
<b>Centro Oeste</b>	298 (8%)	<b>10 (11%)</b>	0	1	3	<b>6</b>	5,1	7,4	7	7	9	7	8	9

\*Produto Interno Bruto (PIB) e População (POP) de cada região; \*\* Percentual do número de matrículas no Ensino Fundamental (EF, total de 30.358.540 matrículas), no Ensino Médio (EM, total de 8.400.689 matrículas) e no Ensino Superior (ES, total de 6.739.689 matrículas) no ano de 2011. Fontes: Sinopse estatística da Educação Básica e da Educação Superior (INEP); \*\*\* Percentual do número de professores ativos no Ensino Fundamental (EF, total=1.389.704 professores), no Ensino Médio (EM, total de 488.527 professores) e no Ensino Superior (ES, total de 357.418).

Comparando-se o percentual de cursos da Área em cada região do país, com o percentual da população relativa, e da população de alunos e de professores atuando em diferentes níveis de ensino, percebe-se a clara necessidade de incremento do número de PPG na região Nordeste e de fortalecimento das regiões Norte e Centro Oeste. As regiões Sudeste e Sul já estão adequadamente cobertas por PPG na Área de Ensino. As marcações em negrito na Tabela 1 apontam estes indicadores.

O item VI deste relatório apresenta a síntese do trabalho realizado, no que diz respeito às notas obtidas pelos PPG. Foram inseridas algumas figuras que expressam comparativamente os indicadores quantitativos mais relevantes utilizados no processo de análise global e comparativa, separando-se os indicadores nos PPG acadêmicos e profissionais. Cabe destacar que os indicadores quantitativos de cada PPG foram comparados com os respectivos índices de médias, medianas e percentis obtidos separadamente com os valores de cada grupo de Programas, Acadêmicos e Profissionais, na busca de parâmetros cada vez mais adequados a cada modalidade, desafio ainda para toda a Área e para a CAPES como um todo.

## 1.2. Corpo docente e corpo discente dos Programas da Área de Ensino

Conforme as diretrizes da CAPES, o corpo docente dos PPG da Área deve ser amplamente composto por docentes permanentes com 40 horas de dedicação à Instituição e ao menos 20 horas de dedicação às atividades de pesquisa e ensino dos PPG. No triênio atuaram **933 docentes** da Área, sendo 555 nos Programas Acadêmicos e 418 nos Programas Profissionais. Em ambos **a tendência da Área é de operar com 80% ou mais de docentes permanentes** (Figuras 2A e 2B). A distribuição dos docentes nos diversos

PPG analisados mostrou relativa homogeneidade, sem nenhuma grande discrepância em qualquer dos programas. Quando eventualmente o quadro de docentes de um PPG não atendia plenamente a recomendação de composição no mínimo por 70% de docentes permanentes isso foi assinalado no parecer da avaliação.

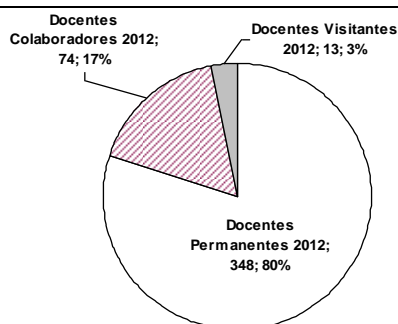


Fig. 2A Corpo docente dos Programas Acadêmicos

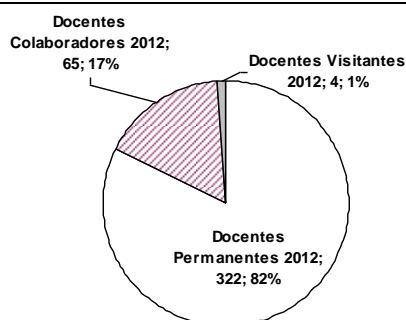


Fig. 2B Corpo docente dos Programas Profissionais

Desde a formação da Área 46, de 2000 a 2012, foram formados mais de 5.200 mestres e mais de 500 doutores na Área. Especificamente no triênio 2010-2012 foram concluídos 1.259 mestrados profissionais, 1.263 mestrados acadêmicos e 270 doutorados, totalizando a formação de **2.792 titulações (2.522 mestres e 270 doutores)**, das quais 89% orientadas por docentes permanentes e 11% por docentes colaboradores. O número de teses e dissertações concluídas por docente permanente variou de 1 a 7 nos Programas Acadêmicos e de 1 a 9 nos Profissionais, sem excessiva concentração em qualquer docente. Além destes egressos, a Área registrou **3.949 novas matrículas** no triênio totalizando 3.264 para mestrado e 685 para doutorado, já prevendo uma expansão significativa de titulações para o próximo triênio. A taxa de evasão/desligamento foi de 5% para o doutorado e 10% para o mestrado, considerado o total de egressos e alunos novos.

### I.3 Produção bibliográfica de artigos nos estratos de periódicos(Qualis) e de livros (classificados)

Volumosa produção acadêmica de artigos em periódicos (Figura 3) e de livros e capítulos em livros (Figura 4) foi verificada nos Mestrados e Doutorados Acadêmicos (Figs. 3A e 4A, notar as diferentes escalas do eixo y) e produção também bem qualificada nos Mestrados Profissionais (Figuras 3B e 4B). Também é volumosa a produção técnica nas duas modalidades, porém, e como esperado, amplamente majoritária nos Mestrados Profissionais (Fig. 5A e 5B) da Área de Ensino. Os estratos L1 a L4 e C1 a C4, correspondem a livros e capítulos, respectivamente (ver Tabela 2 e item IV).

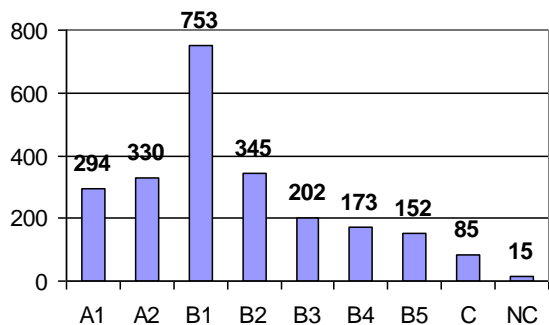


Fig. 3A- Número total de artigos produzidos na Área de Ensino pelos Programas Acadêmicos

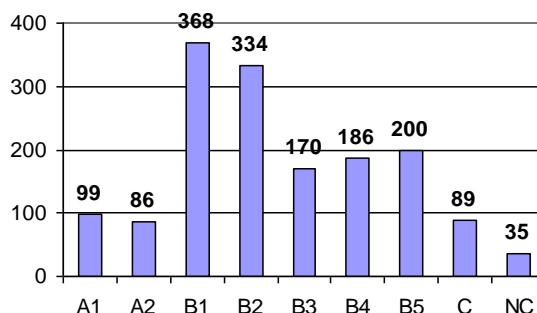


Fig. 3B- Número total de artigos produzidos na Área de Ensino pelos Mestrados Profissionais

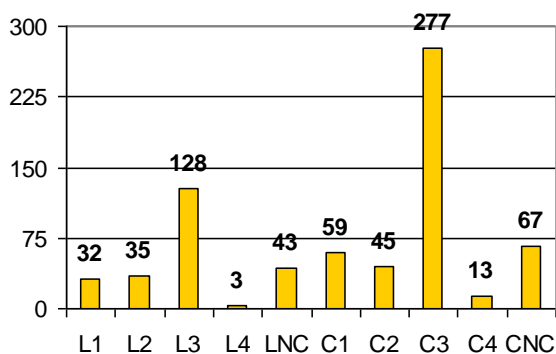


Fig. 4A- Número de livros e capítulos produzidos na Área de Ensino pelos Programas Acadêmicos

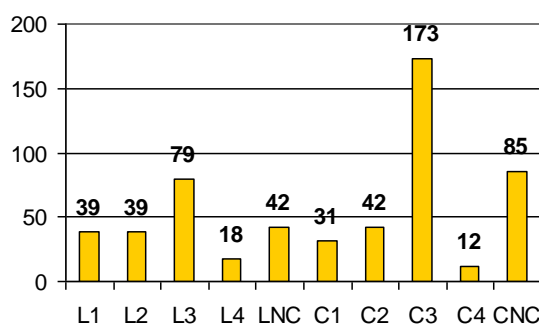


Fig. 4B- Número de livros e capítulos produzidos na Área de Ensino pelos Programas Acadêmicos

### I.5. Produção técnica (materiais educativos – barras cheias e outras produções – barras vazias)

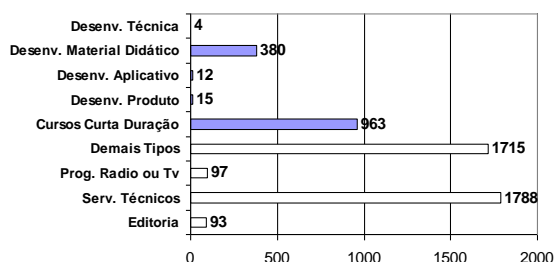


Fig. 5A- Produção técnica da Área de Ensino feita pelos Programas Acadêmicos

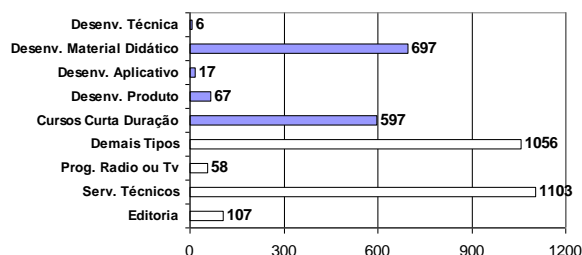


Fig. 5B- Produção técnica da Área de Ensino feita pelos Mestrados Profissionais

Apesar destes indicadores, foi consenso uma percepção de que os Mestrados Profissionais ainda carecem de métricas mais adequadas ao tipo de produção que geram, com urgente necessidade de um sistema mais aperfeiçoado para avaliar e qualificar a produção técnica.

Conforme os critérios descritos no Documento de Área, a produção completa dos PPG pode ser qualificada e totalizada em termos de pontos conferidos pelos diferentes tipos de produção, conforme aponta a Tabela 2.

**Tabela 2: Pontos conferidos às produções relativas a cada estrato de produto bibliográfico ou técnico**

Produção em artigos publicados em revistas no Qualis-periódicos da Área (ver item IV)

	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	NC
Pontos	100	85	70	55	40	25	10	0	0

Produção em livros e capítulos classificados por comissão de consultores da Área (ver item IV)

	L1	L2	L3	L4	C1	C2	C3	C4	NC
Pontos	10	25	50	75	5	12,5	25	35,5	

Produção Técnica de Materiais Educativos (T1) e outros (T2), trabalhos completos em Anais de Eventos (E) e apresentações em eventos (ver item IV)

	T1	T2	E1	E2	E3	E4	Apres		
Pontos	10	5	5	--	--	--	1		

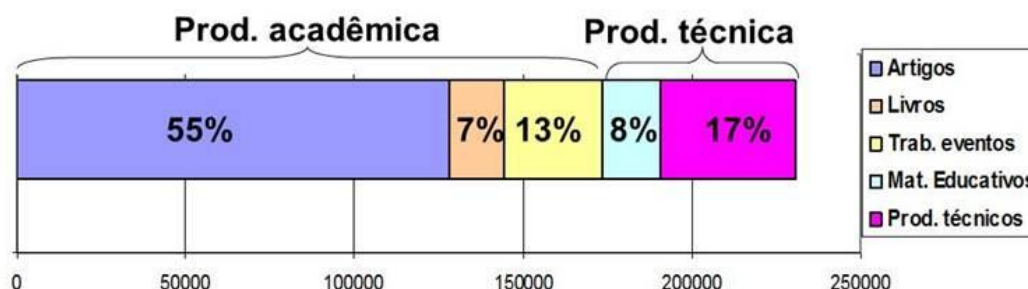


Fig. 6 Produção total em pontos pelos Programas da Área de Ensino (eixo x= pontos)

A totalização de pontos dos diferentes PPG permitiu a visualização gráfica total (Figura 6) e comparativa (Figuras 7A e 7B) na Área, evidenciando a ampla dominância de produção de artigos em periódicos pelos Programas Acadêmicos (Fig. 7A) e a volumosa produção técnica pelos Programas Profissionais (Fig. 7B). Os 27 PPG Acadêmicos e os 28 PPG profissionais foram ordenados pelo número de pontos em artigos publicados no estrato A1-B1, em ambos os gráficos. Importante notar a diferença nas escalas dos dois gráficos da Figura 7, que vai a 20 mil pontos nos Programas Acadêmicos e a 15 mil nos Programas Profissionais, quando todos os produtos da Área estão sendo totalizados, evidenciando os dois tipos de produção (acadêmica e técnica) e a ênfase atualmente desenvolvida em cada curso. Propositamente optou-se por manter uma comparação de programas “as cegas”, sem identificar as IES no eixo y, com o objetivo de expor toda a variabilidade da Área mas sem estimular estratificações e comparações entre programas, de modo a fortalecer as perspectivas de cooperação entre programas. Nesses gráficos pode-se perceber que a dimensão da produção qualificada A1-B1 do conjunto da Área é um componente importante a destacar nessa trienal. No entanto, é importante notar que as figuras não estão relativizadas por docente permanente, de modo que os PPG com maior corpo docente (20 a 30 docentes) se destacam independente da produtividade relativa por docente, que gera indicadores



diferentes, também utilizados para a avaliação, como será descrito em detalhes nos itens II e III. Cabe ressaltar também que os novos PPG credenciados em 2011 e 2012, ou ainda em 2013, não constam dos gráficos por não disporem de dados completos do triênio.

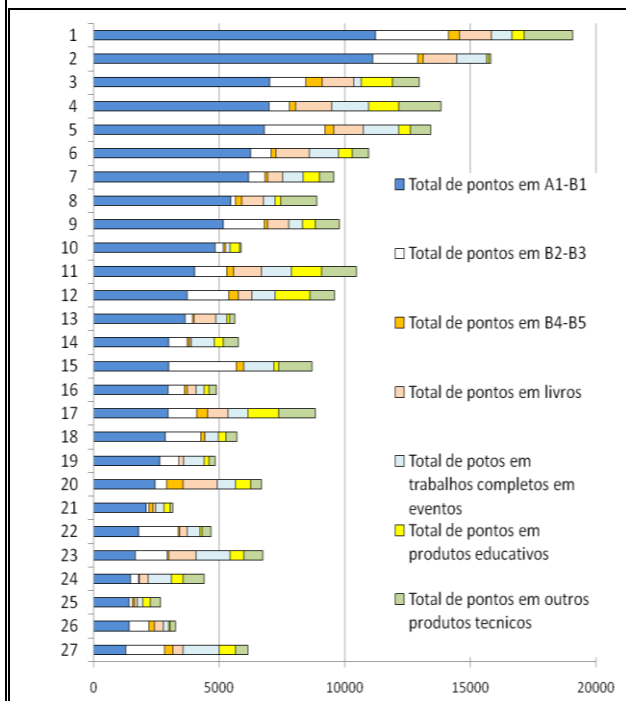


Fig. 7A Produção total em pontos pelos Programas Acadêmicos da Área de Ensino (eixo y= cada Programa de Pós-Graduação)

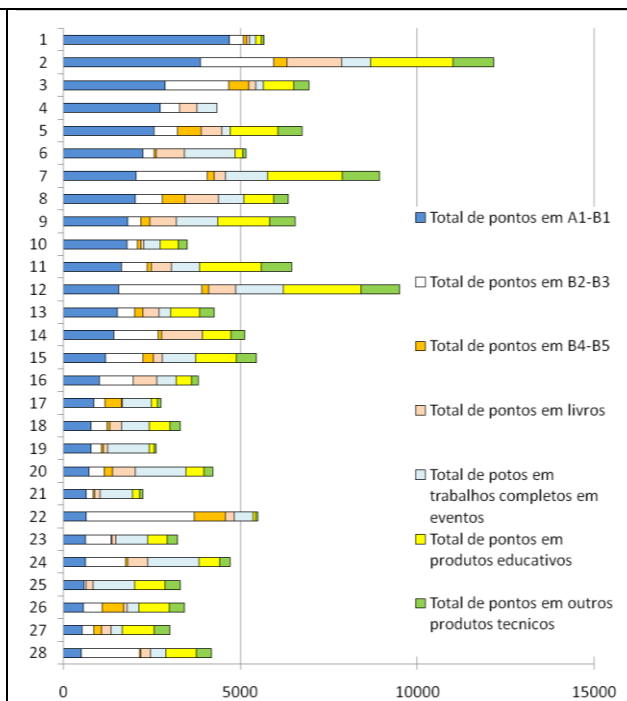


Fig. 7B Produção total em pontos pelos Programas Profissionais da Área de Ensino (eixo y= cada Programa de Pós-Graduação)

Os resultados do processo de Avaliação dos PPG atingiram plenamente os objetivos da CAPES: (a) contribuir para a garantia da qualidade da Pós-Graduação brasileira, identificando os programas que atendem o padrão mínimo de qualidade exigido para cada nível de curso, e que, em decorrência, terão a renovação de seu reconhecimento recomendada pela CAPES ao Conselho Nacional de Educação-CNE/MEC; (b) retratar a situação da PG na Área no triênio de forma clara e efetiva, especificando o grau de desenvolvimento alcançado, a classificação dos programas e expressando as diferenças quanto à qualidade de desempenho na formação de recursos humanos e produção de conhecimento, e caracterizando a situação específica de cada programa, mediante a apresentação de relatório detalhado sobre seu desempenho no triênio 2010-2012; (c) contribuir para o desenvolvimento de cada PPG ao fornecer apreciações criteriosas sobre os pontos fortes e os pontos fracos de seu desempenho, no contexto do conjunto dos programas da Área, e antepor-lhes desafios e metas para o futuro; (d) fornecer subsídios para a definição de planos e programas de desenvolvimento e a realização de investimentos no Sistema Nacional de Pós-Graduação- SNPG.

Seguindo as recomendações gerais da DAV e do CTC-ES, o processo avaliativo adotou padrões internacionais de desenvolvimento do conhecimento na Área como referência para o processo de avaliação, tal como preconizado no documento de área, e adequou os referenciais de avaliação adotados



(critérios, indicadores, parâmetros), ajustando-os ao desenvolvimento do conhecimento da Área e dos programas. Com isso foi possível assegurar um processo não se restringe a uma avaliação “intra-área”, e a resultados que retratam as diferenças no nível de desenvolvimento por que passam as Áreas no Brasil, sua dinâmica e capacidade de acompanhar o ritmo de evolução do conhecimento no campo do Ensino. Também se manteve a capacidade discriminatória da escala adotada, sem alta concentração de PPG nos níveis superiores da escala (notas 6 e 7), com relatórios detalhados sobre o desempenho de cada PPG, fundamentados tecnicamente e claros para que sejam compreendidos, valorizados e considerados pelos PPG e demais interessados nesse processo.

O aperfeiçoamento dos PPG da Área de Ensino, assim como a aprovação de novas propostas que venham a ser apresentadas, requer uma análise criteriosa sobre seus pontos fracos e fortes, seu desempenho e sobre seu estágio de desenvolvimento, assim como sua potencial contribuição para as metas do PNPG e do PNE. A avaliação, além de aferir a qualidade dos Programas, deve ser um instrumento para a sua melhoria e contribuir para o aumento da eficiência dos PPG no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível para o Ensino. Por isso, além dos necessários indicadores de produtos que tendem a permitir a discriminação, a Área utiliza também indicadores de processo que tem a função pedagógica de apresentar o que se espera em termos da organização e do funcionamento dos PPG. A ficha de Avaliação é, portanto, tanto instrumento de avaliação como de balizamento para que os Programas planejem suas ações futuras, orientadas por um perfil de qualidade previamente conhecido.

Cabem, por fim, algumas considerações surgidas no debate da comissão em sua plenária final, ao analisar o quadro geral que emergiu ao término do trabalho de avaliação:

1-Os consultores da área foram unânimes em afirmar que há necessidade dos programas dos mestrandos profissionais, acadêmicos e doutorados poderem receber e conceder bolsas para professores da educação básica e universitária, tendo em vista os ainda baixos padrões salariais dos professores em todas as redes de ensino. A carência de uma política nacional de alocação de bolsas já reflete negativamente na Área, *reduzindo demanda e explicando evasão*, com relatos de linhas de pesquisa sendo fechadas em programas presenciais, sobretudo devido à competição de oferta de bolsas a programas em rede nacional que alocam bolsa para todos os professores da rede pública da educação básica. Este tema, abordado em profundidade no 2º Seminário da Área (março de 2013) e registrado no ofício 12/2013 da coordenação e Área para a presidência da CAPES, configura um cenário já percebido em alguns relatórios analisados na trienal, que aponta para *possíveis fechamentos* de programas já ativos na Área.

2- Entendimento adicional de que os programas da Área de Ensino *devem poder ofertar bolsas para mestrandos e doutorandos docentes no ensino universitário*. Tal concessão seria coerente com a missão da CAPES expressa em seu título, de “aperfeiçoar a formação de pessoal do ensino superior” e estaria em sintonia com as políticas públicas expressas no PNE e concretizadas em iniciativas como, por exemplo, o Reuni-MEC ou a Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica (Institutos Federais), que criou novos campi, Universidades novas e Institutos Federais com grande número de professores sem doutorado em regiões onde o país precisa ter formação integral.

3- Alerta para a necessidade de atenção especial à política de composição de programas em redes de associação de instituições, que podem passar por muitas dificuldades se não receberem políticas diferenciadas de apoio de suas respectivas IES, da própria CAPES, e dos estados em que desenvolvem as atividades de formação de mestres e doutores.

4- A percepção de que os discentes ainda não participam adequadamente do processo de avaliação,

pois não há coleta de suas opiniões sobre disciplinas, os produtos que estão desenvolvendo e a formação que estão recebendo.

5- A importância do acompanhamento dos egressos no processo avaliativo. Os PPG, suas coordenações, seus docentes e, sobretudo, seus próprios alunos devem ser sensibilizados para esse processo, pois a formação imprime no egresso a marca, a “tatuagem” do PPG. É importante o avanço em comunicação permanente com os egressos e em indicadores do progresso e do sucesso de suas carreiras e atividades após a titulação.

## II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”

A avaliação comparativa dos PPG das 48 Áreas de conhecimento da CAPES é feita através de uma ficha padronizada composta por 5 quesitos, cada qual com diversos itens, e com pesos diferentes, como mostram as Tabelas 3 e 5. Por decisão do CTC-ES, foram adotadas fichas de avaliação diferentes para os programas Acadêmicos e Profissionais, que refletiram os diferentes pesos atribuídos aos cinco quesitos avaliados, bem como itens diferentes em cada quesito e pesos diferentes em itens semelhantes. Essas diferenças reforçaram a necessidade de avaliações diferenciadas entre as duas modalidades de programas de modo a permitir que, quando inadequadas, as propostas fossem recomendadas a migrar de modalidade. Dentro de uma faixa estabelecida pelo CTC-ES, cada Área estabeleceu pesos mais adequados às suas características. O debate no 2º Seminário de Área, em março de 2013, definiu que os pesos atribuídos na última trienal fossem mantidos para a trienal deste ano. Esses pesos foram cancelados no sistema pela coordenação antes do início dos trabalhos, ouvidos consultores que auxiliaram a preparação da avaliação.

**Tabela 3: Pesos dos diferentes quesitos para a avaliação da Pós-Graduação  
(os quesitos 1 e 5 desempatam na estratificação dos PPG)**

Quesito	Acadêmicos	Profissionais	Natureza da Análise
Quesito 1 - Proposta do Programa	0 %	0 %	Qualitativa
Quesito 2 - Corpo Docente	15%	15%	qualitativa-quantitativa
Quesito 3 - Corpo Discente	<b>35%</b>	<b>30%</b>	qualitativa-quantitativa
Quesito 4 - Produção Intelectual	<b>35%</b>	<b>30%</b>	qualitativa-quantitativa
Quesito 5 - Inserção Social	<b>15%</b>	<b>25%</b>	Qualitativa

No processo de avaliação cada um desses Quesitos é desdobrado em componentes que também são valorados com pesos diferentes, como descrito em detalhes no item IV deste relatório, o qual traz do Documento de Área as Fichas de Avaliação. **Cada componente é classificado como Muito Bom (MB), Bom (B), Regular (R), Fraco (F) e Deficiente (D), segundo critérios quantitativos ou qualitativos** (Tabela 4). Para todos os indicadores foram considerados separadamente os percentis calculados com base nos indicadores de PPG Acadêmicos e Profissionais da Área nesta trienal, com os quais cada PPG foi comparado, respectivamente. A métrica utilizada nas avaliações qualitativas e quantitativas aplicou nesta escala de conceitos as possibilidades listadas na Tabela 4, segundo a natureza de cada item ou quesito.

**Tabela 4: Métricas nas escalas de conceitos atribuídos a itens e quesitos**

Conceito	Qualitativos		Quantitativos		Composição de 2 ou mais critérios
			em valores	em porcentagem	
Muito Bom (MB)	Ótimo	Intenso	$\geq p75$	$\geq 90\%$	MB em todos
Bom (B)	Bom	Médio	$\geq p50$ a $p75$	$\geq 75$ a $90\%$	B em todos; ou MB em parte e B ou R em parte
Regular (R)	Suficiente	Regular	$\geq p25$ a $p50$	$\geq 50$ a $75\%$	R na maioria
Fraco (F)	Fraco	--	$< p25$	$< 50\%$	F na maioria
Deficiente (D)	Insuficiente	--	$< p10$	$< 30\%$	D na maioria

Nas avaliações quantitativas foi utilizada a distribuição em percentis dos valores absolutos de determinado indicador (Tabela 4), sendo o percentil 50% (p50) o valor que divide a amostra ao meio (mediana), e os percentis 25% (p25) e 75% (p75) os valores que delimitam quartis superior e inferior da Área. A soma total da Área e a média aritmética também foram calculadas, para referência e uso quando pertinente. Como não se fez um estudo sobre a normalidade da distribuição dos dados, na maioria das vezes a mediana foi utilizada para delimitar o conceito Bom, e não a média aritmética. As diferenças na avaliação entre Programas Acadêmicos e Profissionais também foram expressas em pesos diferentes entre itens dos cinco grandes Quesitos (Tabela 5), além de pesos diferentes nos próprios Quesitos (Tabelas 3 e 5).

**Tabela 5: Peso dos itens de cada Quesito na Avaliação trienal 2013 na Área de Ensino**

Quesito	Acadêmicos		Profissionais	
	%	peso do item	%	peso do item
Quesito 1 - Proposta do Programa	0 %	peso do item	0 %	peso do item
Item 1.1- Coerência, consistência, atualização, etc.		<b>60</b>		<b>50</b>
Item 1.2MP- Coerência com demandas sociais		--		<b>20</b>
Item 1.2A/1.4MP- Planejamento, futuro, metas, etc		<b>30</b>		<b>20</b>
Item 1.3- Infra-estrutura para pesq., ensino e extensão		10		10
Quesito 2 - Corpo Docente	15%	peso do item	15%	peso do item
Item 2.1- Perfil, titulação, diversificação, adequação		<b>15</b>		<b>50</b>
Item 2.2- Adequação e dedicação		<b>40</b>		<b>30</b>
Item 2.3- Distribuição das atividades		<b>30</b>		<b>20</b>
Item 2.4A- Contribuição à graduação		15		--
Quesito 3 - Corpo Discente	35%	peso do item	30%	peso do item
Item 3.1- Teses/dissertações/docentes/discentes		<b>20</b>		<b>35</b>
Item 3.2A - Distribuição de orientações entre os docentes		10		--
Item 3.3- Qualidade das teses em publicações discentes		40		40
Item 3.4A - Eficiência na formação		20		--
Item 3.5- Aplicabilidade		<b>10</b>		<b>25</b>
Quesito 4 - Produção Intelectual	35%	peso do item	30%	peso do item
Item 4.1- Publicações qualificadas do programa por DP		<b>50</b>		<b>20</b>
Item 4.2- Distribuição das public. qualif em relação ao DP		<b>30</b>		<b>20</b>
Item 4.3- Produção técnica e outros		<b>20</b>		<b>40</b>
Item 4.4MP- Articulação da produção com a proposta		--		20
Quesito 5 - Inserção Social	15%	peso do item	25%	peso do item
Item 5.1- Impacto do programa		<b>45</b>		<b>40</b>

Item 5.2- Integração e cooperação		<b>35</b>		<b>20</b>
Item 5.3-MP- Integração e cooperação com setor produt.		--		20
Item 5.3A/5.4 MP - Visibilidade e transparência		20		20

A proposta do Programa (Quesito 1) é objeto de avaliação permanente. É um dos poucos itens descritivos do relatório gerado pelo sistema Coleta-CAPES, no qual os coordenadores podem incluir informações que, de alguma forma, ficam pouco visíveis quando apenas listados quantitativo e sumariamente nas planilhas e relações da produção. É o espaço para evidenciar o cuidado com a adequação e coerência entre Área(s) de Concentração, Linhas de Pesquisa e Disciplinas, pois essa relação é fundamental para o bom andamento do programa; a descrição de resultados efetivos de parcerias nacionais e internacionais firmadas no triênio; a interdisciplinaridade é o parâmetro norteador da avaliação dessa coerência; o planejamento trienal que deve apontar metas claras a serem perseguidas e projeções para os anos seguintes; formas de vinculações com a graduação etc. Descrições sobre espaços físicos e a infraestrutura devem ser sucintas. São observadas as modificações apontadas pela coordenação tendo como referência de análise a coerência entre foco da proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos, disciplinas, corpo docente e perfil do egresso. A Proposta deve ser atualizada constantemente, atender aos critérios e estar fundamentada nos princípios da Área. Nas fichas de avaliação, tanto para Acadêmicos como para Profissionais, a Proposta do Programa não tem peso com relação aos demais quesitos, mas funciona como **pré-requisito**, como uma “trava”, pois de acordo com o Regulamento para a Avaliação Trienal 2013, o programa com conceito “Deficiente” ou “Fracó” nesse quesito não poderá alcançar nota acima de 3.

O Corpo Docente (Quesito 2) considera professores Permanentes, Colaboradores e Visitantes, seguindo o que dispõe as Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012. Eventuais modificações na sua composição, decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, devem ser apresentadas e justificadas no quesito Proposta do Programa, sendo objeto de avaliação e valorizado o programa que cuida da estabilidade e também da renovação de seu corpo docente. Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, de acordo com as referidas Portarias, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. Respeitadas as exceções previstas na Portaria CAPES nº 01/2012, ao menos 50% do tempo de contrato dos docentes permanentes deve ser dedicado às atividades do Programa. A Área de Ensino considera que o corpo docente permanente deve ter, no mínimo, 20 horas de dedicação às atividades relacionadas pesquisa e orientação. O número máximo de 8 orientandos por docente permanente segue a recomendação da CAPES (Art. 2º da Portaria CAPES nº 01/2012). A participação em associações em rede pode necessitar flexibilidade nesse limite, sendo aceitável caso o orientador demonstre capacidade de captação de recursos, produtividade científica elevada, tempo de titulação dos formandos adequada, e possua infraestrutura compatível ao desenvolvimento das atividades propostas. Para um docente extrapolar o número de orientandos deve ser apresentada justificativa plausível, de forma clara e objetiva. Quanto ao número mínimo de orientandos, a Área considera que até 20% dos docentes com 0 ou 1 aluno no triênio só é aceitável nas seguintes situações: docentes recém-doutores sem experiência em orientação e novatos no Programa; docentes que se afastaram para estágio sênior ou pós-doutoramento no período considerado; docentes com carga horária requisitada fortemente em atividades de gestão acadêmico-administrativa. Idealmente, portanto, um docente deverá oferecer (e preencher) no mínimo uma vaga para orientação por ano, devendo as coordenações cuidar para que os processos seletivos sejam ajustados à dimensão do corpo docente do Programa.

Valoriza-se a fidelidade do corpo docente ao Programa, e a atuação de docentes permanentes em até três programas é admitida excepcional e temporariamente nas situações elencadas na Portaria CAPES nº 01/2012, a saber: (a) nos casos em que o terceiro programa seja um curso da região norte e dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato do Grosso do Sul e que estejam nas áreas prioritárias: áreas tecnológicas e áreas

de formação de professores para a educação básica; (b) nos casos em que o terceiro programa seja um curso de mestrado profissional; (c) nos casos em que o terceiro programa seja um curso de Pós-Graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país, e que possam ser somente apresentados à CAPES como decorrência de ações indutivas determinadas pela Agência”. A situação de cada docente de um programa em outros programas de Pós-graduação é verificada nos Cadernos de Indicadores, em Corpo Docente. Indicadores referentes a essas considerações são calculados nos respectivos itens da Ficha de Avaliação.

A importância da avaliação da produção intelectual do Programa está na compreensão de que aqueles com produção de alta qualidade oferecem, potencialmente, condições para uma melhor formação de alunos. Por sua vez, é relevante a participação dos alunos nesta produção, consistindo para a Área de Ensino um dos pontos centrais da avaliação do desempenho do Corpo Docente. A co-autoria discente na produção qualificada, além de ser um indicador de qualidade dos recursos humanos formados pelo Programa, contribui para a inserção do egresso no mercado de trabalho. Um dos resultados mais nobres de um programa de Pós-graduação é transformar a vida dos seus titulados, abrindo-lhes novas perspectivas neste mercado. O destino dos egressos, portanto, é um item da avaliação dos PPG.

Considera-se a participação discente em eventos científicos relevante para o contato com a comunidade, troca de experiências, estabelecimento de colaborações, ajustes no desenvolvimento do projeto de pesquisa, entre outros fatores. No entanto, cabe ressaltar que uma medida do desempenho pleno do corpo discente repousa na co-autoria em produções de maior qualidade, como artigos publicados em periódicos nos estratos mais valorados no Qualis, livros e capítulos de livros, produção técnica, e trabalhos completos publicados em Anais de eventos relevantes, todos qualificados nos melhores estratos na Área. A qualidade das teses e dissertações é avaliada, principalmente, segundo os produtos acadêmicos e/ou técnicos que geram com a participação discente explícita. Por essa razão, consideram-se, para fins de avaliação da produção intelectual do programa, os trabalhos gerados por egressos até cinco anos após a conclusão do curso, sempre que caracterizados como frutos de suas teses ou dissertações. Para avaliação do tempo médio de titulação (TMT) de bolsistas em nível de mestrado e de doutorado, é considerada, como parâmetro, a média de 24 a 30 meses para mestrado acadêmico, 36 meses para o Mestrado Profissional e 48 a 60 meses para o doutorado.

Além das novas fichas, também ficaram disponíveis novos instrumentos para auxílio à comissão de área, tais como: (a) Hotsite: Website desenvolvido exclusivamente para a Avaliação Trienal como o único canal de informações para o público em geral e para as comissões. Com combinação de conteúdo parcialmente público (calendário, notícias, documentos de área e listagem das comissões de avaliação), com restrito (as comissões tiveram acesso aos cadernos de indicadores e planilhas dos PPG da Área, orientações e documentos exclusivos referentes aos procedimentos da Avaliação Trienal), o website foi bastante utilizado; (b) Documento de Área: documento elaborado pela Área de avaliação, revisado e aprovado pelo CTC-ES, e que fundamentou a avaliação dos PPG, com os critérios e parâmetros adotados; (c) Sistema de Ficha de Avaliação - para o registro do parecer sobre cada PPG avaliado. Este Sistema Ficha reflete todos os quesitos e itens que constam na Ficha de Avaliação com os pesos definidos nos “Documentos de Área”. A partir da inserção de um conceito em cada item, o sistema calcula automaticamente a tendência do conceito do quesito, que foi ou não ser aceita pelo consultor e pela comissão, e norteia a atribuição da nota de 1 a 7 a cada PPG.

Considerando os aspectos gerais e aqueles preconizados nos respectivos documentos de área, seguindo as determinações do CTC-ES, foi considerado que: (i) O programa com conceito “Deficiente” ou “Fraco” no Quesito 1, “Proposta do Programa”, não poderá alcançar nota acima de 3; (ii) O menor valor dentre os conceitos obtidos pelo programa nos Quesitos 3 e 4 (“quesitos centrais”) definirá os limites da nota final a lhe

ser atribuída, admitidas as seguintes excepcionalidades: (a) Aumento da nota, nos casos devidamente justificados, como, por exemplo, caso a implantação de doutorado em um programa já existente conduzisse a uma situação estritamente sazonal de redução de indicadores importantes, mas que mostrem uma tendência de recuperação ou melhora; (b) Redução da nota: caso o sistema Ficha de Avaliação gerasse um aumento artificial de nota ao conferir peso excessivo à produção intelectual do corpo docente de PPG recentemente implantados e, que por isto, não apresentem produção discente de teses e dissertações; (iii) Recomendação de nota 3: padrão mínimo de qualidade para a recomendação do programa ao CNE e conseqüente permanência no Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG; (iv) Recomendação de nota 4: para cursos que tenham alcançado, no mínimo, conceito “Bom” em pelo menos três quesitos, incluindo, necessariamente, Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão e Produção Intelectual (Quesitos 3 e 4); (v) Recomendação para nota 5: para PPG que tenham obtido “Muito Bom” em pelo menos quatro dos cinco quesitos existentes, entre os quais terão que figurar necessariamente os quesitos 3 e 4. A nota 5 é a nota máxima admitida para programas que ofereçam apenas mestrado. A Tabela 6 consolida os parâmetros quantitativos aplicados para a avaliação da Área no triênio

**Tabela 6: Indicadores quantitativos aplicados para a avaliação da Área de Ensino no triênio 2010-2012**

Indicador	Programas Acadêmicos					Programas Profissionais				
	MB	B	R	F	D	MB	B	R	F	D
Percentual de docentes permanentes	>80%	>70%	<69%	<50%	<30%	>88%	>84%	>70%	<50%	<30%
Percentual de docentes com projetos	100%	90%	80%	70%	50%	100%	90%	80%	70%	50%
Alunos ativos/DP	≥8	≥7	≥5	≥2	≥1	≥6	≥4	≥2	≥1	<1
Nº de Dissertações +2x No Teses/ DP Nº de Dissertações / DP – para Mest Prof	3 a 10	2 a 2,9	1 a 1,9	0,1-0,9	0	3 a 10	1 a 3	0,5-1	<0,5	<0,1
Total de artigos com discentes	≥51	≥36	≥20	≥10	<10	≥16	≥7,5	≥5	≥3	<3
% de artigos totais com discentes	≥52%	≥42%	≥30%	≥20%	<20%	≥33%	≥18%	≥10%	≥5%	<5%
Total de pontos em artigos com discentes	≥2800	≥2100	≥1000	≥500	<500	>1914	>1275	>600	>300	<300
% de pontos em artigos com discentes	≥50%	≥39%	≥30%	≥20%	<20%	>29%	>9%	>5%	>5%	<2%
% de pontos em artigos A1-B1 com discentes	≥57%	≥38%	≥24%	≥15%	<15%	>17%	>13%	>5%	>2%	<2%
% de participação discente em projetos	100%	80%	50%	30%	10%	100%	80%	50%	30%	10%
Artigos A1-B1/PPG	>71	>41	>28	>10	<10	>12	>8	>5	>2	<2
Pontos totais/PPG:	14.445	10.357	5.000	3.000	<3000	4.936	4.063	1.500	1000	<1000
Pontos totais/DP	≥874	≥680	≥500	≥250	<250	>464	>362	>113	>50	<50
Pontos livros + eventos/DP	≥118	≥85	≥50	≥30	<30	>133	>93	>56	>30	<30
Pontos A1-B1/DP	≥335	≥248	≥150	≥50	<50	>178	>89	>60	>30	<30
Artigos A1-B1/DP	≥4,1	≥3	≥1	≥0,5	<0,5	>1,2	>0,8	>0,4	>0,2	<0,2
Pontos A1-B5/DP	>442	>317	>250	>200	<200	>261	>189	>114	>50	<50
Produtos Educativos- total/ PPG	>64	>45	>20	>10	<10	>69	>42	>35	>25	<25
Produtos Educativos/DP	>5	>2	>1	<1	<0,5	>6	>4	>2	>0,5	<0,5
Produtos Técnicos/DP	>11	>9	>5	>2	<2	>8	>6	>4	>1	<1
Trab. Completos eventos/DP	>13	>9	>6	>3	<3	>17	>11	>9	>5	<5
Taxa de evasão	3%	6%	8%	20%	40%	5%	9%	11%	40%	50%



### III. CONSIDERAÇÕES SOBRE:

#### QUALIS PERIÓDICOS

- QUALIS ARTÍSTICO\*
- CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS\*
- CLASSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO TÉCNICA

\* quando pertinente

No contexto de formação de recursos humanos altamente qualificados para o Ensino no país, a produção na Área de Ensino valoriza intensamente as publicações acadêmicas expressas em artigos em periódicos e livros e capítulos de livros, a exposição direta ao ambiente de troca de idéias proporcionado por eventos científicos e a divulgação das comunicações nestes eventos, e a produção tecnológica voltada para a educação em sentido amplo.

Para efeito da avaliação da produção acadêmica e tecnológica da Área de Ensino, os veículos da disseminação da publicação acadêmica e técnica são estratificados segundo critérios específicos para a natureza de cada produto, conforme descrito abaixo. Como produções de natureza diferente e, portanto, incomparáveis entre si, foi decidido no CTC-ES da CAPES que não se deve adotar nenhum paralelismo ou equivalência direta entre os estratos de um ou outro tipo de produção.

#### Qualis-Periódicos - Área de Ensino

A avaliação trienal aplicou a classificação dos artigos publicados pela Área segundo o que está expresso no Documento de Área, complementado pelo informativo#3/2013 explicativo enviado aos coordenadores. A lógica central para a identificação e escolha do(s) periódico(s) em que docentes e discentes devam publicar seus resultados de pesquisa não deve ser a lista divulgada e atualizada anualmente pela Área, mas o atendimento aos critérios utilizados na chave de classificação (Tabela 7). O conjunto de todos os periódicos relatados é classificado em estratos de qualidade, desde A1, o mais elevado, a A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, este com peso zero. O processo é repetido cada ano considerando as informações no relatório do ano anterior.

Os critérios objetivos para a classificação dos periódicos foram organizados numa chave (Tabela 7), que reserva aos estratos A1, A2 e B1 os periódicos especializados em ensino/educação indexados no ISI/SCOPUS (A1), Scielo (A2) ou outras bases no portal de periódicos da Capes (B1), totalizando 236 periódicos. Os demais estratos (B2-B5) acomodam também produções disciplinares e multidisciplinares e valorizam nos periódicos especializados o acesso gratuito e a circulação em escolas. Erros e equívocos e classificação notados pelos docentes e discentes da Área devem ser informados à coordenação de Área até a data anual de atualização do Qualis-periódicos.

**Tabela 7 – Chave para classificação de periódicos na Área de Ensino**

1	2	3	4	5	6
Indexação ou Acesso	Indexada no ISI/Scopus ou ERIH-INT 1	Indexada no Scielo ou ERIH-INT 2	Outras bases Capes ou ou ERIH- NAT ou W	Acesso livre no Google ou no portal Capes	Não acadêmica com circulação em escolas
↓Escopo					
Especializada *	A1	A2	B1	B2	B3
Multidisciplinar	A2	B1	B2	B3	B4
Disciplinar afim com Ensino	B1	B2	B3	B4	B5
Disciplinar	B2 – FI > 1,5 B3 – FI > 1,0	B3	B4	B5	--



	B4 – FI > 0,5 B5 – FI < 0,5				
Outras	--	B4	B5	C	C

\* Revistas Especializadas em pesquisa em ensino de/ educação/ cognição/ aprendizagem, palavras chave consideradas em português e inglês, e preferencialmente constantes no título ou na descrição do escopo do periódico; \*\* Revistas Especializadas em pesquisa nas Áreas de interface com Ensino, o campo das ciências Humanas ou das Ciências Naturais, que publiquem artigos de contribuições destes campos ao Ensino ou sobre Ensino de conteúdos da Área; \*\*\* Disciplinas de outros campos revelando atividade e competência para a geração de conhecimento como fruto da pesquisa de docentes vinculados aos PPG da Área; # Quaisquer outras revistas indexadas que não se enquadrem nos critérios acima; C= Revistas não indexadas em geral e/ou que não se enquadrem nos critérios acima, nem nos critérios da Tabela 7

Para o triênio 2010-2012, 8 revistas foram induzidas a estratos superiores ao previsto nos critérios de classificação da Tabela 6, excepcionalmente, em função da criação da Área de Ensino ter ocorrido no meio do triênio, e, portanto, dos programas terem se norteado pelo Qualis da avaliação anterior durante o triênio. Este cuidado visou preservar os Programas de qualquer prejuízo no caso de publicações que pudessem vir a ser “rebaixadas” no Qualis periódicos atualizado em 2013. No entanto, é importante ressaltar que essa excepcionalidade será revista futuramente, de modo a uniformizar melhor os diversos estratos do Qualis periódicos para maior aderência aos critérios de indexação utilizados, bem como seu aperfeiçoamento.

Os docentes dos PPG da Área dialogam fortemente com os campos de conteúdos disciplinares e geram conhecimento registrado em publicações indexadas em periódicos disciplinares. Por não serem especializadas em Ensino, essas revistas foram restritas aos estratos B2 a B5, de modo a que os estratos A1, A2 e B1 contemplassem apenas periódicos especializados e multidisciplinares ou disciplinares afins com ensino. O fator de impacto das revistas indexadas nas bases ISI/Scopus foi utilizado para estratificar revistas disciplinares entre os estratos B2, B3, B4 e B5, tal como acontece nas respectivas Áreas disciplinares. Nesses casos, os pontos de corte que aparecem na Coluna 2 da Tabela 6, foram definidos após consulta aos documentos Qualis de outras Áreas, como descrito no Documento de Área. Os periódicos de Saúde Coletiva foram considerados como Multidisciplinares, e não como disciplinares. Além disso, tendo em vista que muitos PPG da Área e Sociedades Científicas têm investido consideráveis esforços na editoração de maior número de revistas especializadas para a pesquisa sobre o Ensino, em fase consolidação, as revistas nacionais editadas por Programas da Área e instituições afins que não atendam aos critérios da Tabela 6 também são classificadas, mas segundo os critérios da Tabela 8.

**Tabela 8: Critérios adicionais para classificação de revistas nacionais de ensino.**

<b>Estrato</b>	Revistas nacionais editadas por <b>Programas da Área ou instituições afins</b> que não atendem os critérios de indexação e acesso, atendendo ao critério de escopo “especializada”;
<b>B3</b>	Revistas com comitê editorial e pelo menos 3 anos de publicação regular, pelo menos 2 números anuais, garantindo ampla diversidade institucional de autores, com pelo menos 60% dos artigos vinculados a no mínimo 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico
<b>B4</b>	Revistas com comitê editorial e edição iniciada nos 2 últimos anos do triênio por Programas de PG da Área 46
<b>B5</b>	Revistas editadas por Programas de PG de áreas afins com Ensino

Todos os periódicos relatados pelos PPG da Área no triênio foram analisados por uma comissão de Área, classificados segundo os critérios acima, e a classificação foi chancelada no sistema Coleta antes da emissão dos cadernos de indicadores a serem utilizados na avaliação trienal. Alguns equívocos de classificação foram

detectados por docentes, coordenadores ou editores de periódicos e comunicados à coordenação de Área, tendo ficado a critério dos consultores da comissão de avaliação a correção manual da pontuação caso fosse julgado necessário para a definição do conceito atribuído ao PPG potencialmente prejudicado com o equívoco.

Ao todo, o Qualis da Área de Ensino incluiu 1307 periódicos de A1 a B5 e 223 periódicos no estrato C. A distribuição ainda está aquém do proposto pela CAPES, pois A1+A2+B1 ainda totalizam apenas 18% e não 50% dos periódicos utilizados: A1= 40 periódicos (3%), A2= 41 periódicos (3%), B1=155 periódicos (12%), B2=332 periódicos (25%), B3=200 periódicos (15%), B4=255 periódicos (20%) e B5=284 periódicos (22%).

### Classificação de Livros do triênio 2010-2012- Área de Ensino

Em várias áreas de conhecimento, livros constituem modalidade de veiculação da produção artística, tecnológica e científica assim como em outras, é expressa sob a forma de artigos em periódicos. Livros constituem referências para a construção de campos de conhecimento, definindo estilos e escolas de pensamento e não se trata de situação particular da comunidade acadêmica brasileira. No entanto, avaliar produção na forma de livros trata-se de exercício peculiar, uma vez que não existem exemplos no mundo de países que classifiquem livros. A avaliação de livros comporta singularidades face aos periódicos. Nestes, a qualidade da produção pode ser inferida, a priori, a partir de indicadores de circulação e impacto consolidados em bases e indexadores reconhecidos. Estes indicadores expressam a qualidade do veículo (periódico ou revista científica) depois de ter havido avaliação qualitativa de obra ou autor, cujos textos, dados, metodologias e contextualização são previamente examinados quando do julgamento do artigo pelos pares. Essas características permitem alcançar critérios considerados universais, aplicáveis às áreas para as quais esses indicadores sejam habitualmente calculados e empregados. No caso dos livros, essas características estão ausentes. Os livros são eventos únicos, assim como os artigos e diferente dos periódicos. No âmbito das avaliações trienais diversas áreas para as quais livros constituem produção significativa e relevante, já vinham aplicando diferentes estratégias de avaliação, utilizando critérios de circulação, gestão editorial, impacto na área entre outros.

De 2 a 6 de setembro de 2013 uma Comissão de Consultores instituída pela Diretoria de Avaliação e pela Coordenação da Área de Ensino da Capes reuniu-se no Rio de Janeiro para avaliar qualitativamente os livros e capítulos de livros remetidos pelos Programas de Pós-Graduação (PPG) da Área para a estratificação nos 4 estratos da produção nesta modalidade. Participaram os seguintes consultores: Adjane Tourinho-UFSE, Alexandre Oliveira-IFRJ, Carlos Alberto Marques-UFSC; Alessandra Dutra-TFPR, Irinea Batista – UEL, Ana Cristina Ferreira-UFOP, Maurivan Ramos- PUC/RS, Anelise Regiani-UFAC, Deise Nanci de Castro Mesquita-UFG, Silvia Fernanda de M Figueiroa-Unicamp, Eliane Scheid Gazire- PUC/MG, Veleida Anahi da Silva-FUFSE, Hilda H. Sovierzoski-UFAL, Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho- IFSUL, Shirley Gobara-UFMS, Giselle Roças– Adjunta MP Ensino/IFRJ e Tania Araujo-Jorge - Coordenadora Ensino/Fiocruz. Como todo o trabalho foi baseado na experiência similar levada a cabo pela Área Interdisciplinar, a comissão contou com o apoio de Pedro Pascutti - Coordenador Inter/UFRJ e de Isabella Delgado-Fiocruz, também da Área Interdisciplinar.

Os 56 PPG da Área de Ensino registraram no Coleta- Capes 2010-11-12 uma produção bibliográfica de 268 livros e 2.584 capítulos de livros e verbetes. Ao todo, **foram enviados para análise da Comissão 1.273 itens, sendo 465 livros originais completos, e 808 capítulos, acompanhados de fichas descritivas individuais em planilhas eletrônicas consolidadas por cada PPG.** Todas as obras enviadas até o último dia da reunião foram avaliadas pela comissão, inclusive as remetidas na própria semana e as digitalizadas e enviadas por correio eletrônico. Com o objetivo de não prejudicar os Programas, a comissão preencheu dados básicos de

fichas incompletas, criou fichas para obras enviadas e não registradas nas planilhas, corrigiu fichas preenchidas inadequadamente e buscou obras disponibilizadas “on line” não indicadas na ficha. Quarenta e dois PPG (75%) enviaram suas produções, e 14 (de 56) não enviaram sua produção para a análise, tendo sido contatados para o entendimento da lacuna, e relatado falta de condições operacionais, ou de tempo. A comissão considerou que o trabalho foi representativo da produção da Área nesta modalidade. As obras analisadas pela comissão foram classificadas nos estratos de qualidade correspondentes (L1, L2, L3 e L4), seguindo o procedimento descrito no “Roteiro para Classificação de Livros”, aprovado na 111a



Figura 8: Estante com a produção em livros da Área de Ensino enviados para classificação

Reunião do CTC-ES em 24 de Agosto de 2009, e aplicado nas Áreas que valorizam livros como fonte primária de produção intelectual. A metodologia e os parâmetros utilizados estão descritos em detalhes no Documento de Área. O acervo físico acumulado foi recebido, acomodado e ficou sob a guarda da Biblioteca de Manguinhos - Fiocruz e foi destinado posteriormente ao PPG recentemente credenciado no Acre, que custeou a remessa.

O resultado da classificação foi usado como insumo para a pontuação dos programas na avaliação trienal, no Quesito 4 (Tabelas 3 e 5). A Tabela 9 consolida os resultados. As Figuras 5A e 5B exprimem graficamente os resultados. As Figuras 7A e 7B situam os pontos em livros no contexto da produção global de cada PPG. Considerando-se a produção em pontos, os livros correspondem a 9% da produção na Área.

**Tabela 9: Estratificação da Produção em livros e capítulos analisada na área de Ensino**

	Número	% numérico	Pontos	% dos Pontos
L1	71	15,3	710	4,8
L2	75	16,1	1875	12,6
L3	212	45,6	10600	71,5
L4	22	4,7	1650	11,1
LNC	85	18,3	0	0
<b>TOTAL DE LIVROS</b>	<b>465</b>	<b>100</b>	<b>14.835</b>	<b>100</b>
C1	90	11,1	450	3,3
C2	89	11,0	1.112,5	8,0
C3	450	55,7	1.1250	81,4
C4	27	3,3	1.012,5	7,3
CNC	152	18,8	0	0
<b>TOTAL DE CAPÍTULOS</b>	<b>808</b>	<b>100</b>	<b>1.3825</b>	<b>100</b>

As Figuras 3A e 3B totalizam a produção de artigos, as figuras 4A e 4B totalizam a produção em livros e capítulos pela Área no triênio. As Figuras 6, 7A e 7B totalizam a produção em pontos, detalhada também na Tabela 10.

**Tabela 10: Percentual de cada tipo de produto na produtividade total da Área de Ensino**

	Total de pontos em A1-B1	Total de pontos em B2-B3	Total de pontos em B4-B5	Total de pontos em livros	Total de pontos em trabalhos completos em eventos	Total de pontos em produtos educativos	Total de pontos em outros produtos técnicos	TOTAL GERAL DE PONTOS
Programas Acadêmicos	110.160	27.055	5.845	18.195	20.005	13.740	18.465	213.465
Programas Profissionais	42.970	25.170	6.650	12.700	21.200	23.240	11.620	143.550
Total Ensino	153.130	52.225	12.495	30.895	41.205	36.980	30.085	357.015
% PPG Acadêmicos	52%	13%	3%	9%	9%	6%	9%	100%
% PPG Profissionais	30%	18%	5%	9%	15%	16%	8%	100%
% TOTAL	43%	15%	3%	9%	12%	10%	8%	100%

Apesar da comissão de classificação ter sugerido que os livros e capítulos não auditados não fossem pontuados, tal como praticado na Área Interdisciplinar, a Comissão de Avaliação da Área considerou a produção relatada no Coleta CAPES com a pontuação mínima (similar ao estrato L1), no intuito de não prejudicar demasiadamente os PPG que não enviaram os livros mas que registraram essa produção no relatório. A comissão de classificação destacou a importância do envio físico das obras para a avaliação qualitativa, não sendo suficiente o envio de listas bibliográficas ou de cópias parciais que não incluam ficha catalográfica nem sumário de conteúdo. O trabalho foi dificultado quando as fichas individuais de cada obra não tinham sido adequadamente preenchidas, quando o programa enviou ficha em duplicidade, ou quando as obras foram enviadas em cópias incompletas. A comissão remeteu para a categoria “Produção Técnica” quaisquer “manuais”, “normas técnicas” e “traduções não comentadas/ traduções técnicas”. A comissão não detectou excesso de múltiplas autorias, como registrado em trienais anteriores. A comissão também expressou seu agradecimento especial à equipe da Biblioteca de Manguinhos - Fiocruz, por meio de seu diretor, Paulo Garrido, e dos servidores Fátima Duarte, José Ricardo Pinheiro, João Paulo de Almeida, Manuel Duarte da Silva, Igor Falce, Deise de Araujo Grigorio, Angelina Pereira da Silva, Marcos Carvalho Noronha, Fábio Marques, João Paulo Cofir, Tania Porto, Raquel Dinelis e Tereza Risi. Esta equipe não poupou esforços para auxiliar a comissão e criar as condições favoráveis à realização do trabalho de classificação.

A comissão também sistematizou algumas recomendações que cabem ser destacadas para aperfeiçoamento do processo de classificação de livros: (a) Revisar o peso do item “Editoria”, pois é alto em relação à avaliação qualitativa, a mais relevante no processo; (b) Pontuar, igualmente, no item “Editoria”, as editoras com abrangência nacional e regional; (c) Apresentar uma definição mais precisa ou exemplificada, no item “Editoria”, sobre “órgão oficial”, em relação aos órgãos universitários e outros; (d) Revisar o item “Editoria”, pois algumas editoras disponibilizam poucas informações na internet o que torna difícil caracterizá-las adequadamente (nem sempre é possível definir se a Editora possui uma linha editorial ou um catálogo de publicações na linha do Programa, tampouco se a obra foi premiada); (e) Alterar o item “Conselho Editorial” (ou avaliação por pares), inserindo opções que separem “internacional, nacional e regional” e indicando a fonte para confirmação da informação; (f) Rever o peso dos indicadores na pontuação prevista na planilha, para que haja maior sensibilidade a uma mudança de estrato L3 para L1 (o estrato L3 é alcançado diretamente quando as partes I e II são preenchidas apenas com a opção menos valorizada); (g) Orientar

melhor os PPG quanto ao registro de “Manuais”, “normas técnicas” e “traduções não comentadas/ traduções técnicas”, as quais devem ser relatadas como Produção Técnica; (h) Poucas obras analisadas apresentaram “índice remissivo”, o qual pesa bastante na avaliação e na definição de mudança de estrato. No entanto, esse é um item ainda pouco valorizado pelas editoras atuantes na Área de Ensino; (i) Para prevenir prejuízos aos programas, a comissão sugere que os docentes autores se envolvam diretamente no preenchimento dos dados coletados.

#### IV. FICHA DE AVALIAÇÃO

##### IV.1 - PROGRAMAS ACADÊMICOS

Quesitos / Itens	Peso	Avaliação e métricas
<b>1 – Proposta do Programa</b>		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	60%	Avalia-se qualitativamente a coerência e atualidade da Proposta do Programa. Deve haver coerência entre os objetivos do curso, a estrutura curricular e seus conteúdos curriculares. As áreas de concentração, linhas e os projetos de pesquisa devem estar relacionados e essa coerência deve ser explicitada nas respectivas ementas, que devem ser consistentes e coerentes com referências bibliográficas atualizadas. Deve haver balanceamento entre disciplinas de conteúdos específicos, de conteúdos de natureza pedagógica e aqueles inerentes à Área de Ensino. As atividades complementares previstas na estrutura curricular do curso devem ser incentivadas e explicitadas. A organização acadêmico-administrativa do programa deve possuir independência de outras estruturas, em termos de autonomia e possibilidade de atendimento à natureza e especificidades do curso. A coordenação do curso deve ficar preferencialmente a cargo de profissionais escolhidos entre os mais experientes, ou seja, com lastro acadêmico e científico condizente com a função e experiência em orientação na área. <b>MB=ótimo; B=bom; R= suficiente; F=fraco; D=deficiente.</b>
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	30%	Este quesito constitui uma síntese de como o programa se vê, aprecia seu passado e projeta seu futuro, requerendo, portanto, cuidado especial à sua apresentação. Sua proposta deve ser adequada às necessidades regionais, nacionais e internacionais. O Programa deve explicitar os meios que pretende adotar para enfrentar os desafios da Área e atingir seus objetivos atuais e futuros. O Programa deve desenvolver efetivamente uma política sistemática de avaliação e (re)credenciamento de docentes, assim como de formação e capacitação de docentes (apoio institucional à participação em eventos, à pesquisa, ao pós-doutorado). Seguindo o determinado pelas Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012, as modificações na composição do corpo docente, decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, deverão ser apresentadas e justificadas, e serão objeto de avaliação. Valoriza-se a existência de política de acompanhamento de egressos. <b>MB=planejamento para atendimento das demandas relacionadas à formação de profissionais para desenvolver atividades que tenham repercussão nacional e internacional; B=idem, com repercussão nacional; R=idem, com repercussão local; Fraco=planejamento apenas focado nas atividades específicas da sala de aula de cada instituição envolvida; Deficiente= falta de planejamento.</b>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	10%	A infraestrutura disponibilizada ao ensino, pesquisa e extensão deve ser compatível com a dimensão do programa. Devem ser garantidas instalações para a parte administrativa, gabinetes para docentes, salas de reuniões, instalações para a coordenação do curso, auditório e/ou sala de conferências, laboratórios e instalações sanitárias adequadas. É importante, ainda, a garantia de condições de acesso para portadores de necessidades especiais. Em caso de pesquisas



		envolvendo atividades experimentais, a instituição deve assegurar laboratórios específicos associados às linhas de pesquisa. <b>MB=ótimo; B=bom; R= suficiente; F=fraco; D=deficiente.</b>
<b>2 – Corpo Docente</b>	<b>15%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	15%	São observados: a estabilidade, integração e maturidade acadêmico-científica da equipe; a diversidade de instituições de formação, titulação e produção dos docentes permanentes; o grau de compatibilidade e integração do corpo docente com a Proposta do Programa; a porcentagem de docentes em atividades de aprimoramento (pós-doutorado, eventos qualificados na área etc.). O corpo docente permanente deverá ter adequada produção acadêmica/ técnica na Área de Ensino, expressa em periódicos e outros. <b>MB=ótimo; B=bom; R= suficiente; F=fraco; D=deficiente.</b>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	40%	São observados: o equilíbrio na composição e na distribuição pelas categorias permanentes, colaboradores e visitantes, respeitando as definições estabelecidas pela Portaria CAPES nº 02/2012; a distribuição do corpo docente pelas linhas de pesquisa e matriz curricular e pelas áreas de concentração do Programa; A Área valoriza programas compostos com um mínimo de 10 docentes permanentes, mas considera situações especiais que favoreçam a desconcentração regional de PPG; e recomenda que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem, juntas, 30% do quadro de docentes permanentes. Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, de acordo com as Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. Respeitadas as exceções previstas na Portaria CAPES nº 01/2012, ao menos 50% do tempo de contrato dos docentes permanentes devem ser dedicados às atividades do programa, que incluem ensino, pesquisa e orientação. A Área recomenda que o número máximo de orientandos por docente permanente não seja superior a 10 (dez), considerando todos os programas em que participa, respeitando-se o disposto no Art. 2º da Portaria CAPES nº 02/2012, que indica um número elevado de orientandos ( $\geq 20$ ) por docente, pode prejudicar a qualidade da orientação, com prejuízos na formação discente, ao mesmo tempo em que pode tornar o docente, com número excessivo de orientandos, pouco disponível para outras atividades, penalizando, também, a gestão e as demais atividades do programa. A atuação docente é avaliada levando em consideração a liderança em projetos temáticos; a obtenção de financiamentos de agências de fomento; a relevância da pesquisa nos níveis regional, nacional e internacional, bem como seu impacto na formação de recursos humanos para o Ensino. É também considerada a capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios entre grupos de pesquisa. <b>Indicador A = % Perm; Indicador B= mínimo de 10 docentes permanentes ; Indicador C= máximo 10 alunos/docente; Indicador D= todos os docentes com dedicação de carga horária de 20h; Indicador A: MB=&gt;80%; B= &gt; 70% DP; R= Abaixo de 69%; F= abaixo de 50%DP; D=abaixo de 30% DP</b>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	O corpo docente permanente deverá estar engajado de forma equilibrada em grupos de pesquisa e ser responsável ou colaborador em projetos de pesquisa com financiamento de órgãos de fomento nacionais ou internacionais. Deve haver um equilíbrio na distribuição de atividades de ensino, pesquisa e orientação entre os docentes permanentes. Todos os docentes do programa devem estar envolvidos em atividades de pesquisa e ter experiência em pesquisa e orientação. <b>Indicador A= projetos de pesquisa por professor; Indicador B= nenhum docente com 0 alunos; Indicador C= docentes com alunos de IC ou AP ou atuação em aulas de graduação; MB: &gt; 2 alunos/DP; B:&gt;1 alunos/DP; R=&gt;0,5 alunos/DP; F=&gt;0,3 alunos/DP; D=&gt;0,1 alunos/DP</b>
2.4. Contribuição dos docentes para	15%	Avalia-se a contribuição dos docentes permanentes para a graduação, sem prejuízo

atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.		da dedicação às atividades do programa; o número de docentes permanentes que atuam na graduação; a participação discente de graduandos nos projetos e na produção do programa; a existência de fomento institucional à pesquisa e a orientação de bolsistas de extensão, iniciação científica ou tecnológica, orientação de monografias, estágios supervisionados e trabalhos de conclusão de curso por docentes permanentes do programa. Deve haver um equilíbrio entre essas atividades. Considera-se o envolvimento do corpo docente em atividades como: participação em comissões de avaliação e diretorias de associações nacionais e internacionais, comitês editoriais de periódicos qualificados, comissões científicas e organizadoras de eventos regionais, nacionais e internacionais, consultoria ad hoc a órgãos de pesquisa e fomento etc. <b>MB=ótimo; B=bom; R= suficiente; F=fraco; D=insuficiente</b>
<b>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações</b>	<b>35%</b>	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	20%	Considera-se a capacidade do programa de titular mestres e doutores levando em conta a relação entre os números de dissertações e teses defendidas e aprovadas no período (dimensão do corpo discente) e o número de docentes permanentes. O item é composto de 3 indicadores: (A) o número de dissertações de mestrados defendidas somadas a duas vezes o número de teses de doutorado defendidas em relação ao total de docentes permanentes do programa. (B) a relação entre o número de orientadores com 2 a 10 orientandos em relação ao número total de docentes permanentes; (C) relação entre o número de titulados orientados pelos docentes permanentes em relação ao total de titulados. <b>Valorizou-se mais o indicador A: N<sup>o</sup> de Dissertações +2x N<sup>o</sup> Teses/ DP; MB=3 a 10; B=2 a 2,9; R= 1 a 1,9; F=0,1 a 0,9; D=0</b>
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	10%	Deverá haver equilíbrio na distribuição das orientações de teses e dissertações, de forma a avaliar as titulações em relação ao total de docentes do programa. O item é composto de 2 indicadores: (A) a distribuição de defesas por orientador do corpo docente; (B) a relação entre o número de orientadores com 2 a 10 teses e dissertações defendidas e o total de orientadores (todos os docentes). <b>Indicador A= (Dissertações +Teses)/ DP - p50= 4 p75= 5</b> <b>Indicador B= % de DP com 2 a 10 dissertações e teses</b>
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	40%	Deverá ser observada a relação das temáticas das teses e dissertações com linhas e projetos de pesquisa e com a produção bibliográfica e técnica dos discentes. Valoriza-se a qualificação das bancas examinadoras em termos de experiência dos avaliadores e de pertinência de suas formações à temática avaliadas, evitando bancas endogênicas. O item é composto de 4 indicadores: (A) a relação das temáticas das teses e dissertações com linhas e projetos de pesquisa; (B) composição das bancas (todos os membros doutores, com membros externos ao programa sendo pelo menos um para mestrado, e pelo menos dois para doutorado); (C) a relação entre o número de discentes autores e o total de discentes; (D) a relação entre o número total de produção bibliográfica e técnica de discentes e egressos em relação ao total de discentes. <b>Combinação de critérios qualitativos (A, B, D) com o quantitativo (C)</b> <b>Total de artigos com discentes: MB=&gt;p75=51; B=&gt;p50=36; R=&gt;20; F= &gt;10; D&lt;10;</b> <b>% de artigos com discentes: MB=&gt;p75=52%; B=&gt;p50=42%; R=&gt;30%; F= &gt;20%; D&lt;20% ; Total de pontos em artigos com discentes: p50=2100; p75=2863; % de pontos em artigos com discentes: MB=&gt;50%; B&gt;39%; R= &gt;30%; F= &gt;20%; D=&lt;20%; % de pontos em artigos A1-B1 com discentes: MB=&gt;p75=57%; B=&gt;p50=38% ; R=&gt;p25=24%; F= &gt;15%; D=&lt;15%</b>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de	20%	Considera-se o tempo médio de titulação de mestres e doutores, especialmente dos bolsistas. O item é composto de 5 indicadores: (A) o tempo médio de titulação de mestrado; (B) tempo médio de titulação do doutorado; (C) o tempo médio de titulação de bolsistas de Mestrado; (D) o tempo médio de titulação de bolsistas de Doutorado; (E) a porcentagem de bolsistas de mestrado que defendem em até 24



bolsistas titulados.		meses e de doutorado em até 48 meses em relação ao total de bolsistas. <b>Considerar os indicadores A+B juntos e combinar com os demais</b> <b>Mestrado Acadêmico: MB=24 a 30 meses; B=&gt;30 meses, até 33 meses; R=&gt;33 até 36 meses; F=&gt;36 meses; D= &gt; 40 meses; Doutorado: MB=48 a 60 meses; B=&gt;60 meses, até 66 meses; R=&gt;66 até 72 meses; F=&gt;72 meses; D= &gt; 78 meses; indicador E para mestrado e doutorado: MB=&gt;90%; B=&gt;75%;R=&gt;50%;F=&gt;30%;D=&gt;15%;</b>
3.5. Participação de discentes em projeto de pesquisa.	10%	Observa-se a porcentagem de projetos de pesquisa com participação de alunos: (i) da graduação, (ii) de mestrado e (iii) de doutorado. <b>MB=100%; B=80%; R=50%; F=30%; D=10%</b>
<b>4 – Produção Intelectual</b>	<b>35%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	A produção intelectual do programa terá por base a média ponderada da produção qualificada em periódicos e trabalhos completos publicados em anais, livros e capítulos de livros do corpo docente permanente. O item é composto de 3 indicadores: (A) média ponderada da produção qualificada em periódicos de docentes do corpo docente permanente, expressa em pontos totais do PPG no triênio; (B) a média ponderada da produção expressa por meio de trabalhos completos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros de docentes do corpo docente permanente, segundo a classificação nos estratos que qualificam livros e eventos; (C) a produção qualificada não centralizada em veículos da própria instituição. <b>pontos totais/PPG: MB=&gt;p75=14.445; B=&gt;p50=10.357; pontos totais/DP: MB=&gt;p75=874; B=&gt;p50=683; R=&gt;500; F=&gt;250; D=&lt;250</b> <b>pontos totais A1-B5: MB=&gt;p75=6.926; B=&gt;p50=4.535; pontos A1-B5/DP: MB=&gt;p75=442; B=&gt;p50=317; R=&gt;250; F=&gt;200; D=&lt;200; pontos livros+eventos/DP- MB=&gt;p75=118; B=&gt;p50=85; R=&gt;50; F=&gt;30; D=&lt;30; pontos A1-B1/DP: MB=&gt;p75=335; B=&gt;p50=248; R=&gt;150; F=&gt;50; D=&lt;50; artigos A1-B1/DP- MB=&gt;p75=4,1; B=&gt;p50=3; R=&gt; 1; F=&gt;0,5; D=&lt;0,5</b>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Neste item será computada a relação entre o número de docentes que publicaram em periódicos (Qualis A1 a B5) e o número total de docentes. Será avaliado o perfil das publicações do quadro docente de cada programa, no que diz respeito à distribuição, pelos docentes, verificando se não há concentração excessiva. Será também verificado no quadro docente se há pesquisadores sem publicações em periódicos classificados em algum dos estratos do Qualis, e/ou sem publicações nos estratos Qualis A1, A2 e B1. O item é composto de 2 indicadores: (A) a porcentagem de docentes permanentes com, pelos menos duas (no caso de programas com doutorado) ou uma (programas com mestrado) publicações em periódicos Qualis A ou B1 por ano, em relação ao total de docentes permanentes; (B) a porcentagem de docentes com, pelos menos uma (programas com mestrado) ou duas (no caso de programas com doutorado) outras publicações (livro, capítulo de livro, trabalhos completos em anais de eventos) em relação ao total de docentes permanentes. <b>MB=Indicador A ≥ p75 &amp; indicador B=100%; B= Indicador A≥p50 &amp; indicador B=80%; R= em torno da média; F=indicador B&lt;50% D=indicador B&lt;20%</b>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	20%	O corpo docente permanente deverá manter a sua produção técnica, mídias educacionais (vídeos, simulações, animações, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais etc.), protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais, propostas de ensino (sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção etc.), material textual (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares), materiais interativos (jogos, kits e similares), atividades de extensão (exposições científicas, cursos, oficinas, ciclos de palestras, exposições, atividade de divulgação científica e outras). Também são considerados: desenvolvimento de aplicativos, organização de evento, programa de

		<p>rádio e TV, relatórios de pesquisa, patentes, serviços técnicos etc. Considera-se o número de produções em relação ao total de docentes e a média de produções por docente. O item é composto de 2 indicadores: (A) Número total de produções do programa, pontuada segundo o estrato dos produtos); (B) A média ponderada da produção expressa técnica / Docente permanente.</p> <p><b>MB= &gt; p 75 em A e B; B= &gt; p75 em A ou B e &gt;p50 em A ou B ; R= entre p50 e p75 em A ou B; D= A e B &lt; 50%; F= só em A ou B;</b></p> <p><b>Prod. de mat. educativos- número absoluto p50=45; p75=64; Prod técnica outros-número absoluto p50=115; p75=192; Prod mat educativos- pontos; p50=450 p75= 643; Prod. técnica outros pontos; p50=573; p75=959; prod. técnica/DP-p50=68; p75=128</b></p>
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	--	Não aplicável (na maioria dos casos)
<b>5 – Inserção Social</b>	<b>15%</b>	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	<b>45%</b>	<p>A inserção do programa, em nível regional ou nacional, deverá ser analisada em pelo menos duas vertentes: (i) o impacto educacional e social (produção de material didático, parcerias com as redes, formação de profissionais para os sistemas de ensino, assessorias, projetos de extensão, divulgação científica etc.); e (ii) o impacto científico e tecnológico (participação em atividades científicas, organização de eventos, criação de produtos e processos tecnológicos etc.). Essas atividades são importantes para área e deverão ser minuciosamente elencadas na parte descritiva dos relatórios dos programas. <b>O componente quantitativo valoriza a pontuação em produtos (MB: Pontuação acima de p60; B= entre p40 e p60; R= entre p20 e 40; F= abaixo de 20%; D=abaixo de 10%) e o componente qualitativo valoriza estudos de egressos e sua inserção, elevando o conceito em relação ao obtido no componente quantitativo.</b></p>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	<b>35%</b>	<p>Consideram-se aqui as atividades, projetos e convênios nacionais e internacionais firmados pelo programa, visando à integração, cooperação e internacionalização da pesquisa e da produção na área. Neste item devem ser valorizados os projetos de maior duração e impacto. Serão considerados projetos tais como: PIBID, PROCAD, PRODOC, Minter/Dinter, e outros. O item é avaliado qualitativamente com apenas 1 componente.</p> <p><b>MB=Intensa; B=Média; R=Regular; F=Fraco; D= Deficiente</b></p>
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	<b>20%</b>	<p>O item é composto de 2 indicadores: (A) Existência de página web com informações básicas do programa (sua proposta e estrutura; linha e grupos de pesquisa; regulamento, processo seletivo, financiamentos, convênios e intercâmbios em funcionamento; produção bibliográfica dos grupos e dos corpos docente e discente etc.); (B) a possibilidade de acesso digital integral das teses e dissertações defendidas no programa (acesso a teses completas em pdf). <b>MB=atende A, B é amigável e mensurável; B= atende indicador A e indicador B é amigável mas não mensurável; R= atende apenas indicador B; D= atende apenas indicador A; F= insuficiente visibilidade</b></p>

## IV.2 - MESTRADOS PROFISSIONAIS

Quesitos / Itens	Peso	Avaliação
<b>1 – Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s)	<b>50%</b>	Observa-se adequação coerência, consistência, abrangência e atualização da estrutura curricular, das linhas de atuação e projetos e das áreas de concentração,

área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.		a integração e articulação entre as mesmas e destas com os objetivos do Programa. Devem estar claros os objetivos, o perfil do público alvo, a demanda social e/ou de mercado e a atuação do egresso. O conjunto de atividades, áreas de concentração, linhas de atuação, projetos, disciplinas e ementas, devem atender às características do campo profissional e aos objetivos da modalidade Mestrado Profissional. <b>MB=ótimo; B=bom; R= suficiente; F=fraco; D=deficiente</b>
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	Examina-se o conjunto de mecanismos de interação com outras instituições e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais e se estes são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com a qualificação do corpo docente. <b>MB=ótimo; B=bom; R= suficiente; F=fraco; D=deficiente</b>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	Examina-se a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa. <b>MB=ótimo; B=bom; R= suficiente; F=fraco; D=deficiente</b>
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	Este item constitui uma síntese de como o programa se vê, aprecia seu passado e projeta seu futuro. Observa-se as perspectivas do Curso/Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área. Esse item não se aplica a Curso com edição única. <b>MB=planejamento para atendimento das demandas relacionadas à formação de profissionais para desenvolver atividades que tenham repercussão nacional e internacional; B=idem, com repercussão nacional; R=idem, com repercussão local; Fraco= Planejamento apenas focado nas atividades específicas da sala de aula de cada instituição envolvida; Deficiente= Falta de planejamento.</b>
<b>2. Corpo Docente</b>	<b>15%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	Examina-se a composição do Corpo Docente Permanente (DP); se é formada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no art. 7o da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009). Valoriza-se a comprovada experiência profissional dos docentes permanentes, especialmente no caso de profissionais não-doutores que, dentro dos parâmetros da Área, devem ter comprovada experiência e atuação profissional inovadora. Considera-se que os orientadores devam ter doutorado, mas a Área admite que não-doutores, com comprovada e pertinente experiência profissional, ministrem aulas, co-orientem e participem de bancas; dependendo da área de atuação, pode-se incluí-los ou não no corpo docente permanente do curso, com atuação como definida pela Portaria Normativa MEC nº 17/2009. Em todos os casos, esses docentes com experiência profissional devem ser considerados na avaliação, assim como a pertinência de sua experiência para o Curso/Programa. Seguindo o determinado pela Portaria CAPES nº 01/2012, as modificações na composição do corpo docente (definida na Portaria CAPES nº 02/2012), decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, devem ser apresentadas e justificadas no quesito Proposta do Programa, e serão objeto de avaliação. Verifica-se e valoriza-se a participação no corpo docente de membros que agregam e integram as duas características anteriores, isto é, docentes que, tendo o perfil de pesquisadores, têm também experiência profissional extra-acadêmica, através do envolvimento em atividades com organizações externas ao meio acadêmico, com efetiva atuação em atividades de extensão ou inovação. Uma forma de mensurar e identificar atuação integrada nestes dois segmentos é considerar a produção bibliográfica qualificada

	<p>e a produção técnica. A participação de docentes, com este perfil, foi mais valorizada do que a de docentes com envolvimento unicamente em atividades acadêmicas ou profissionais. Verifica-se a formação diversificada dos docentes, quanto aos ambientes e às instituições e valoriza-se os indicadores de atualização da formação, de intercâmbio com outras instituições e efetiva atuação em inovação. Avalia-se, sempre que pertinente ao PPG, experiências e resultados profissionais relevantes, projeção nacional e internacional, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na Área. Analisa-se a compatibilidade do corpo docente com as áreas de concentração e o perfil do PPG, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos e verifica-se se o corpo docente atende às necessidades de atualização profissional que dão sentido ao Curso/Programa.</p> <p><b>MB=pelo menos, 50% do corpo DP com experiência em formação de professores para a educação básica. Presença de docentes em comissões de agências de fomento regionais e nacionais; B= pelo menos 30% do corpo DP com experiência com formação de professores e presença de docentes em comissões de agências de fomento regionais e nacionais; R= pelo menos 10% do corpo DP com experiência em formação de professores e presença de docentes em comissões de agências de fomento regionais; F= docentes que, parcialmente, estejam voltados para atividades na formação de professores; D= docentes totalmente voltados para outras realidades, que não a sala de aula.</b></p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p> <p><b>MB ou B= Acima de 70% DP</b> <b>R= Abaixo de 69% DP</b></p>	<p><b>30%</b></p> <p>As categorias de docentes no programa devem respeitar as definições estabelecidas pela Portaria CAPES nº 02/2012. Observa-se o equilíbrio na composição e na distribuição pelas categorias permanentes, colaboradores e visitantes. A Área valoriza programas compostos com um mínimo de 10 docentes permanentes, que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem, juntas, 30% do quadro de docentes permanentes. Verifica-se se o PPG tem base sólida em seu núcleo de docentes permanentes e se aponta quando há excessiva dependência de professores colaboradores ou visitantes, definindo o que é “excessivo”. Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, de acordo com as Portarias CAPES nº 01 de 2012, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. Respeitadas as exceções previstas na Portaria CAPES nº 01/2012, ao menos 50% do tempo de contrato dos docentes permanentes devem ser dedicados às atividades do programa. A Área recomenda que o corpo docente permanente tenha, no mínimo, 20 horas de dedicação às atividades de pós-graduação, que incluem ensino, pesquisa e orientação. Recomenda também que o número máximo de orientandos por docente permanente não seja superior a dez, considerando todos os programas em que participa, respeitando-se o limite máximo de 20 alunos por orientador como preconiza o Art. 2º da Portaria CAPES nº 02/2012 da CAPES. Entende-se que um número elevado de orientandos (≥ 20) por docente, pode prejudicar a qualidade da orientação, com prejuízos na formação discente e pouca disponibilidade docente para outras atividades, como a gestão e as demais atividades do programa.. Analisa-se a trajetória da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atenta-se para mudanças que poderiam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da Instituição ao PPG. A atuação docente é avaliada levando em consideração a liderança em projetos temáticos; a obtenção de financiamentos; a relevância da pesquisa nos níveis regional, nacional e internacional, bem como seu impacto na formação de recursos humanos. É também considerada a capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios.</p> <p><b>Indicador A =% Perm; Indicador B= mínimo de 10 docentes permanentes; Indicador C= máximo 10 alunos/docente; Indicador D= todos os docentes com dedicação de carga horária de 20h; Indicador A: MB=acima de 88%; B= acima de 84% DP; R= acima de 71%; F= abaixo de 70%DP; D=abaixo de 50% DP</b></p>

2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	É avaliada a distribuição das atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento e orientação entre os docentes permanentes. Considera-se, na distribuição, o envolvimento em atividades de graduação, se pertinente. <b>MB: &gt; 2 alunos/DP; B:&gt;1 alunos/DP; R=&gt;0,8 alunos/DP; F=&gt;0,5 alunos/DP; D=&lt;0,5 alunos/DP</b>
<b>3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</b>	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	35%	Verifica-se se a proporção de trabalhos de conclusão aprovados é adequada e se indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação. São tratados de forma diferenciada PPG com turmas intermitentes. Conforme preconizado no Art. 10o da Portaria Normativa MEC no 17/2009, verifica-se a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período. Verifica-se também a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do programa. <b>Número de dissertações: MB=<math>\geq</math>p75=56; B=<math>\geq</math>p50=46; R=<math>\geq</math>30; F=<math>\geq</math>20; D=<math>\leq</math>20; Dissertações/DP: MB=<math>\geq</math>p75=3,9; B=<math>\geq</math>p50=3; Alunos totais: MB=<math>\geq</math>p75=7,3; B=<math>\geq</math>p50=5,9; R=<math>\geq</math>4; F=<math>\geq</math>2; D=<math>\leq</math>2; Tempo de titulação: MB= até 36 meses; B= até 40 meses; R= até 43 meses; F=até 46 meses; D=<math>\geq</math>46 meses (p50=31; p75=35 meses)</b>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	A Área recomenda que os trabalhos gerem produções intelectuais relacionadas aos seus resultados. Isso pode, ou não, envolver produção científica mais qualificada, mas a produção técnica com efetiva participação do discente é valorizada. A produção pode ocorrer antes, ou algum tempo depois da defesa; por isto devem ser consideradas conjuntamente a produção discente e a produção do egresso, num prazo de <b>cinco anos</b> . Considera-se que não é necessário publicar todos os trabalhos, dada a natureza bastante diferenciada do Mestrado Profissional, podendo haver situações de sigilo. Em casos dessa natureza relacionados ao trabalho de conclusão, recomenda-se o fornecimento dessas informações na parte textual do relatório Coleta para explicitação à Comissão de Área. Quanto à produção técnica, considera-se que a ação de “publicação” está relacionada com a importância da divulgação, disseminação de conhecimento, acesso, inovação e evolução. Portanto, os trabalhos são avaliados conforme a estrutura de produção científica e técnica apresentada no Quesito IV, destacando a pontuação para produção técnica como descrito no documento de Área. Devem ser especialmente valorizados trabalhos que possam ser aplicados na Educação Básica, bem como os apresentados em congressos técnicos (com efetiva participação dos profissionais do setor) ou veiculados em periódicos técnicos, com expressiva circulação. <b>Total de artigos com participação discente: MB=<math>\geq</math>p75=16; B=<math>\geq</math>p50=7,5; R=<math>\geq</math>5; D=<math>\geq</math>3; F=<math>\leq</math>3. % de pontos em artigos com participação discente: MB=<math>\geq</math>p75=33%; B=<math>\geq</math>p50=18%; Mestrandos autores: MB=<math>\geq</math>p75=21,9; B=<math>\geq</math>p50=15,7; R=<math>\geq</math>10; F=<math>\geq</math>5; D=<math>\leq</math>5; Trabalhos completos com discentes em eventos: MB=<math>\geq</math>p75=234; B=<math>\geq</math>p50=159; R=<math>\geq</math>100; F=<math>\geq</math>50; D=<math>\leq</math>50</b>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	25%	Examina-se a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto à respectiva organização em que atua o mestrando. É importante que o trabalho de conclusão gere aplicação dos seus resultados. Devem ser informados na parte textual do relatório - Coleta os principais impactos produzidos, recomendando-se fortemente a utilização de indicadores quantitativos ou qualitativos, tipo “antes/depois”. A aplicação pode ocorrer antes, logo depois ou algum tempo depois da defesa, mas seria relevante existir a intenção de aplicação por parte da organização. Recomenda-se que a Comissão de Área receba informações sobre os trabalhos de conclusão e sobre a atuação do egresso, durante pelo menos cinco anos após sua titulação, com disponibilização dos dados na parte textual do relatório, de maneira objetiva, destacando-se em que condições ele foi aplicado. Deve ser dito com clareza qual o diagnóstico do problema e quais as soluções



		apontadas, se foram ou não implementadas, por que, e com que resultados. <b>MB=ótimo; B=bom; R= suficiente; F=fraco; D=insuficiente</b>
<b>4. Produção Intelectual</b>	<b>30%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	<b>20%</b>	Avalia-se o número total de publicações dos docentes permanentes do PPG no triênio com base no Qualis da Área. Cada produção deve ser contabilizada apenas uma vez no programa, mesmo que tenha a autoria de mais de um docente. <b>Artigos A1-B1: MB=<math>\geq</math>p75=27; B=<math>\geq</math>p50=17; R=<math>\geq</math>10; F=<math>\geq</math>5; D=<math>\leq</math>5; Artigos A1-B1/DP: MB=<math>\geq</math>p75=2,3; B=<math>\geq</math>p50=1,2; R=<math>\geq</math>1; F=<math>\geq</math>0,5; D=<math>\leq</math>0,5; Livros: MB=<math>\geq</math>p75=5; B=<math>\geq</math>p50=3; R=<math>\geq</math>1; F=<math>\geq</math>0,5; D=<math>\leq</math>0,5; Trab completos em eventos: MB=<math>\geq</math>p75=234; B=<math>\geq</math>p50=160 ; R=<math>\geq</math>100; F=<math>\geq</math>50; D=<math>\leq</math>50 Prod Trab em eventos/DP: MB=<math>\geq</math>p75=17; B=<math>\geq</math>p50=11 ; R=<math>\geq</math>9; F=<math>\geq</math>5; D=<math>\leq</math>5</b>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes	<b>40%</b>	Neste item considera-se a produção técnica dos docentes permanentes, em relação ao quantitativo de docentes (permanentes ou total de docentes). Este item foi estruturado e pontuado com base nos seguintes tópicos: (i) Desenvolvimento de material didático e instrucional (inclui manuais, protocolos). (ii) Prestação de Serviço (inclui serviço técnico, consultoria, assessoria, parecer, serviço na área de saúde, auditoria, carta, mapa ou similar, manutenção de obra artística, maquete, curso de capacitação profissional; avaliação de tecnologia em saúde; análise da situação epidemiológica; estudos sobre comportamentos atitudes e práticas em saúde; análises econômicas; resultado do desempenho clínico); (iii) Desenvolvimento de produto (inclui desenvolvimento de aplicativo, protótipo, software sem registro, serviços de informação); (iv) Desenvolvimento de Técnica ou Processo (inclui proposição e desenvolvimento de modelos de gestão, educacionais ou de assistência; testes e técnicas psicológicas, aperfeiçoamento de: processos de produção, controle da produção e da qualidade; técnicas de gravação de áudio e vídeo; direção artística; (v) Elaboração de Projeto (inclui desenvolvimento de estudo de política de saúde e avaliação de políticas e programas); (vi) Patentes (inclui outros registros no INPI, tais como: software com registro; especificar o grau de utilização e a fase de registro, cessão, comercialização ou outro); (vii) Divulgação Técnica (inclui artigos publicados em revistas técnicas, jornais e revistas de divulgação para o público em geral; apresentação de trabalho; publicação em conferência; programa de rádio ou televisão; divulgação dos trabalhos realizados e resultados obtidos em congressos técnicos com efetiva participação dos profissionais do setor; e em publicações técnicas com expressiva circulação nesse setor deve ser especialmente valorizada); (viii) outro tipo de produção técnica considerada relevante pelo próprio Programa; este tópico permite incorporar aspectos que poderão não ser captados previamente; este tópico é relevante no sentido de resgatar uma das características do Mestrado Profissional, relacionada ao atendimento da demanda da sociedade. <b>No triênio: produção total: Prod. Mat Educ: MB=<math>\geq</math>p75=69; B=<math>\geq</math>p50=42; R=<math>\geq</math>35; F=<math>\geq</math>25; D=<math>\leq</math>25; Prod. Técnica: MB=<math>\geq</math>p75=96; B=<math>\geq</math>p50=81; R=<math>\geq</math>60; F=<math>\geq</math>20; D=<math>\leq</math>20; No triênio: indicadores/DP: Mat Educ/DP: MB=<math>\geq</math>p75=6; B=<math>\geq</math>p50=4; R=<math>\geq</math>2; F=<math>\geq</math>0,5; D=<math>\leq</math>0,5; Prod. Técnica/DP: MB=<math>\geq</math>p75=8; B=<math>\geq</math>p50=6; R=<math>\geq</math>4; F=<math>\geq</math>1; D=<math>\leq</math>1;</b>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	<b>20%</b>	Neste item será examinada a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do Programa. Será avaliado o perfil das publicações do quadro docente de cada PPG, no que diz respeito à distribuição, pelos docentes, verificando se não há concentração excessiva. Será computada a relação entre o número de docentes que publicaram em periódicos (Qualis A1 a B5), em livros/ capítulos e em Anais de Eventos (assumindo-se a correspondência de estrados apontados no documento de Área), produções artística, técnica, patentes, inovações e outras consideradas relevantes, e o número total de docentes permanentes. <b>Pontos totais produzidos no triênio/DP: MB=<math>\geq</math>p75=464; B=<math>\geq</math>p50=362; R=<math>\geq</math>113; F=<math>\geq</math>50; D=<math>\leq</math>50;</b>

4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Avalia-se como o PPG transferiu seus resultados de pesquisa para a sociedade, e em que grau as “publicações qualificadas do programa” estão relacionadas com a produção técnica (efetuando-se ponderação conforme visão da Área, com base no Qualis A1-B5). Também se considera que as “Publicações qualificadas” do corpo docente em períodos anteriores podem ainda estar gerando resultados diretos para a sociedade na forma de produção técnica. <b>MB=Intensa; B=Média; R=Regular; F=Fraco; D= Deficiente</b>
<b>5. Inserção Social</b>	<b>25%</b>	
5.1. Impacto do Programa	40%	Nesse item examina-se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade buscou atender os objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas envolvidas no projeto, das organizações públicas ou privadas e do Brasil. Afere-se o atendimento obrigatório de uma ou mais dimensões de impacto (social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico e legal, entre outras que poderão ser adicionadas pelas várias sub-áreas da Área de Ensino), nos níveis local, regional ou nacional. Não se espera que os PPG de todas as áreas e subáreas atendessem a todos eles, cada um tendo sua própria especificidade. Entretanto, a inserção e interação com o respectivo setor externo/social foram consideradas indispensáveis no caso de um Mestrado Profissional, e deveriam evidenciar resultados relevantes, objetivamente descritos e apreciados. a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil; b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino; c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos; d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta; e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde; f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento; g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores; h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional; i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica. <b>O componente quantitativo valoriza a pontuação em produtos (MB: Pontuação acima de p60; B= entre p40 e p60; R= entre p20 e 40; F= abaixo de 20%; D=abaixo de 10%) e o componente qualitativo valoriza estudos de egressos e sua inserção, elevando o conceito em relação ao obtido no componente quantitativo.</b>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	Avalia-se a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre Cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa, o desenvolvimento da Pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica. <b>MB=Intensa; B=Média; R=Regular; F=Fraco; D=Deficiente</b>



5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	Avalia-se a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da Pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do PPG, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional. <b>MB=Intensa; B=Média; R=Regular; F=Fraco; D=Deficiente</b>
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	Avalia-se (A) a divulgação atualizada e sistemática do Programa, que poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. Avalia-se (B) a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006). <b>MB=atende A, B é amigável e mensurável; B= atende indicador A e indicador B é amigável mas não mensurável; R= atende apenas indicador B; D= atende apenas indicador A; F= insuficiente visibilidade</b>

## V. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL E INDICADORES CONSIDERADOS NA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

Nota 6: predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança). A Área optou por colocar como pré-requisito para a indicação a notas 6 e 7 a obtenção de conceito “Muito Bom” em todos os itens dos Quesitos 1 (Proposta do Programa), 4 (Produção intelectual) e 5 (Inserção Social), admitindo algum(ns) conceitos B em itens dos Quesitos 2 (Corpo Docente) e 3 (Corpo Docente) desde que não comprometessem a tendência majoritária da avaliação destes quesitos, que permanecessem como “Muito Bom”. Também optou por não indicar ao conceito 6 nenhum Programa que, ainda que preenchendo os critérios, tivesse obtido nota 4 na avaliação anterior.

Nota 7: conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

Até a trienal de 2007, nenhum PPG da Área 46 havia obtido recomendação para Notas 6 e 7. Neste

processo de avaliação, acompanhando o crescimento quantitativo e qualitativo da Área, percebido no aumento do número de cursos que já atingiam os critérios para notas 4 e 5, diversos PPG puderam ser indicados para **notas 6**. As diretrizes do Documento de Área foram seguidas, tomando-se como base que os diferenciais de **alta qualificação e desempenho e de forte liderança nacional** do programa envolvem: (i) Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos pós-graduados; (ii) Consolidação e liderança nacional do Programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação; e (iii) Inserção e impacto regional e nacional do Programa, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade e transparência dadas à sua atuação. O Documento de Área define cada um desses critérios:

(i) Desempenho equivalente a centros internacionais de excelência: a distinção entre 6 e 7, caso ocorram, será avaliada pela extensão com que os programas atingem os 4 itens que definem internacionalização, em particular quanto ao desempenho na produção científica, a saber: (a) Nota 6: Produção intelectual do Programa com predomínio de publicação em veículos A1 a B1 do Qualis-periódicos; (b) Nota 7: Produção intelectual do Programa com predomínio de publicação em veículos A1 e A2 do Qualis-periódicos. Além da produção intelectual internacionalizada, a intensidade de cooperação internacional foi valorizada.

(ii) Consolidação e liderança nacional como formador de recursos humanos para a pesquisa e pós-graduação, considerando os seguintes aspectos: (a) Nível de consolidação na formação de doutores, considerada a relação entre a contribuição do programa para a pesquisa e a utilização dessa competência para a formação de recursos humanos de alto nível; (b) Contribuição para a nucleação de grupos de pesquisa ou de outros PPG no Brasil, a partir da formação de doutores egressos que desempenham papel significativo em outros grupos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos (porcentagem de egressos contratados em instituições de ensino e/ou pesquisa e vinculados a programas de pós-graduação como docentes e orientadores), ou ainda de docentes associados ao Programa adquirindo a necessária experiência de orientação para compor corpo docente em outro PPG; (c) percentual de docentes bolsistas CNPq de produtividade nível 1 e 2; (d) atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países; (e) proporção significativa de docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES e de agências de fomento nacionais e internacionais; (f) premiações nacionais e internacionais para dissertações e teses; (g) premiações nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes permanentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação; (h) proporção significativa de docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais; (i) participação de docentes permanentes em cargos relevantes para a política nacional na Área associada ao PPG, em especial da educação, saúde e ciência e tecnologia.

(iii) Inserção e impacto regional e nacional do Programa, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-graduação e visibilidade e transparência dadas à sua atuação, considerando os seguintes itens: (a) formas inovadoras na pesquisa e na formação de mestres e doutores; (b) o potencial de atração de projetos de estágios seniores ou pós-doutorais ou de atividades similares; (c) o potencial de atração para doutorados sanduíches com alunos brasileiros ou estrangeiros; (d) intercâmbio com outros programas (Minter, Dinter, PROCAD); (e) assessoria para a formulação de propostas de cursos novos; (f) participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados; (g) cooperação com programas com nota 3 ou 4 ou com grupos que ainda não apresentam curso de pós-graduação stricto sensu, por meio de participação em disciplinas, seminários e oficinas em outros cursos de Pós-graduação; (h) participação em cursos em associação ampla; (i) parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.



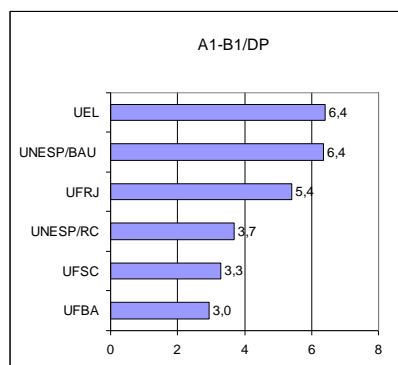
Figura 10A: Pontos em produtos (qualidade e volume de produção) com destaque para pontos A1-B1 (início das barras, com indicadores numéricos)

Figura 10B: A1-B1/DP (qualidade relativa aos docentes permanentes)

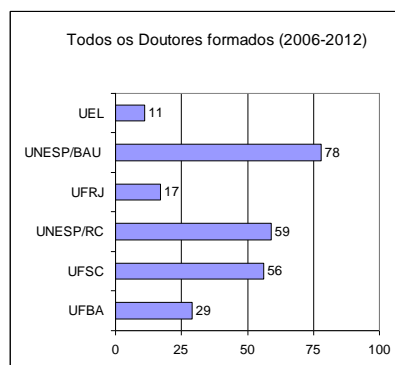
Figura 10C : Doutores formados nas 3 trienais (volume de formação)

A Figura 10A mostra que 7 PPG atingem mais de 6 mil pontos A1-B1 na trienal (PPG 5, 7, 4, 8, 16, 14, 12), ultrapassando o percentil 75 dos programas acadêmicos da Área (5979 pontos) e em muito a mediana da área (3310 pontos). A Figura 10B mostra que 7 PPGs atingem mais de 4 produtos A1-B1/DP (PPG 15, 12, 7, 3, 4, 5,10), sendo a mediana da Área = 3,1 e o percentil 75 = 4,1. A Figura 10 C mostra que sete PPGs já formaram mais de 25 doutores (PPG 9, 7, 8, 14, 4, 2, 16), sendo a mediana dos doutorados = 17 eo percentil 75 = 43.

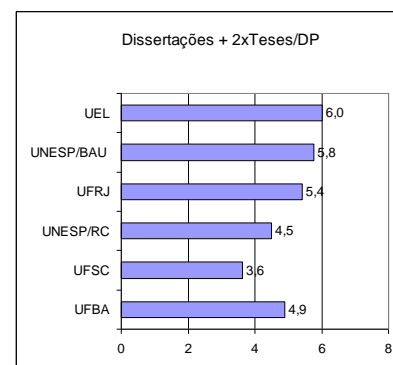
Com base nesses critérios, seis dos nove PPG que haviam recebido nota 5 na última avaliação, foram recomendados para nota 6, inaugurando o extrato de excelência internacional da Área (em ordem alfabética): **UEL, UFBA, UFRJ, UFSC, UNESP-BAU, UNESP-RC**. Outros dois PPG cumpriam os requisitos de obter conceito MB em todos os Quesitos, mas ainda estavam no grupo de programas com nota 4, e foram recomendados para nota 5, aguardando maior maturidade da Área, e evitando alterações abruptas de dois níveis. Esse foi também o argumento para a comissão não indicar nenhum programa à nota 7, apesar de dois deles cumprirem os pressupostos para a nota 7. Os PPG nas seis primeiras linhas da Figura 9 mostram os Programas propostos a nota 6 pela Comissão, cujos indicadores comparativos estão mostrados na Figura 11. Além destes indicadores centrais, nos quais os Programas se destacam como lideranças na Área, também foram considerados indicadores mais totalizadores, como mostrados nas Figura 12 e 13.



A



B



C

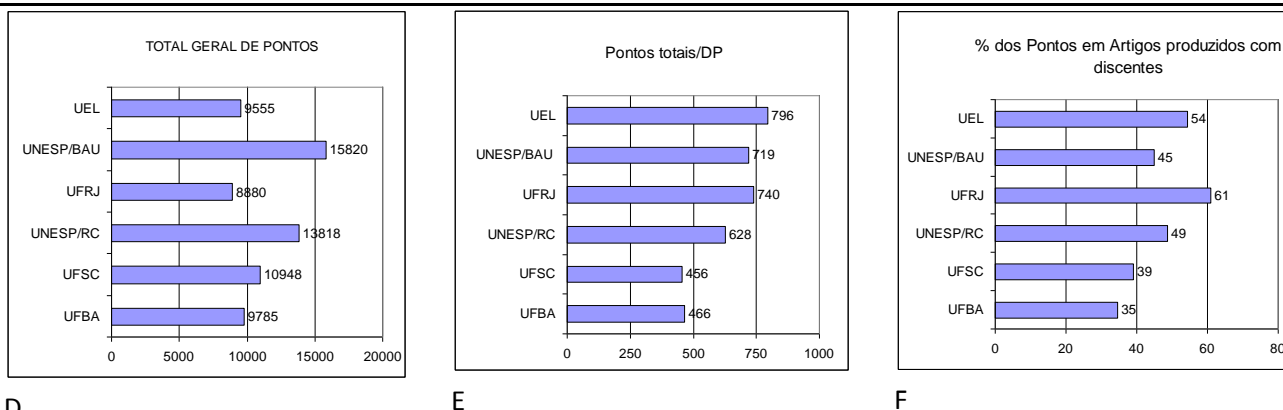


Figura 11: Indicadores comparativos dos seis Programas indicados para nota 6 pela Comissão de Avaliação da Área: A= Número de artigos A1-B1 por Docente Permanente; B=Número de doutores formados em dois triênios; C=Número de Teses e dissertações por Docente Permanente; D=Número total de pontos produzidos pelos Programas; E=Total de pontos produzidos por Docente Permanente; F= Percentual de pontos produzidos com artigos com a participação de discentes.

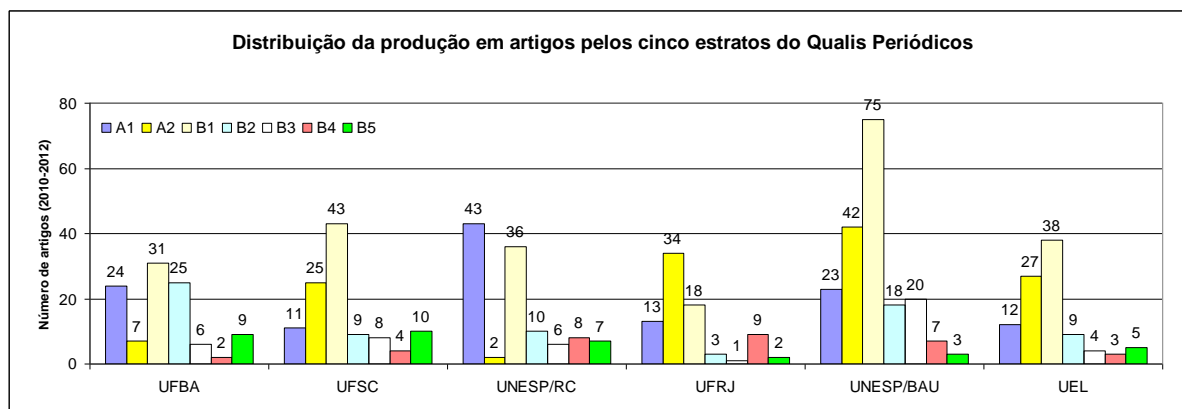


Figura 12: Histograma de distribuição da produção de artigos em periódicos pelos 6 PPG indicados a nota 6.

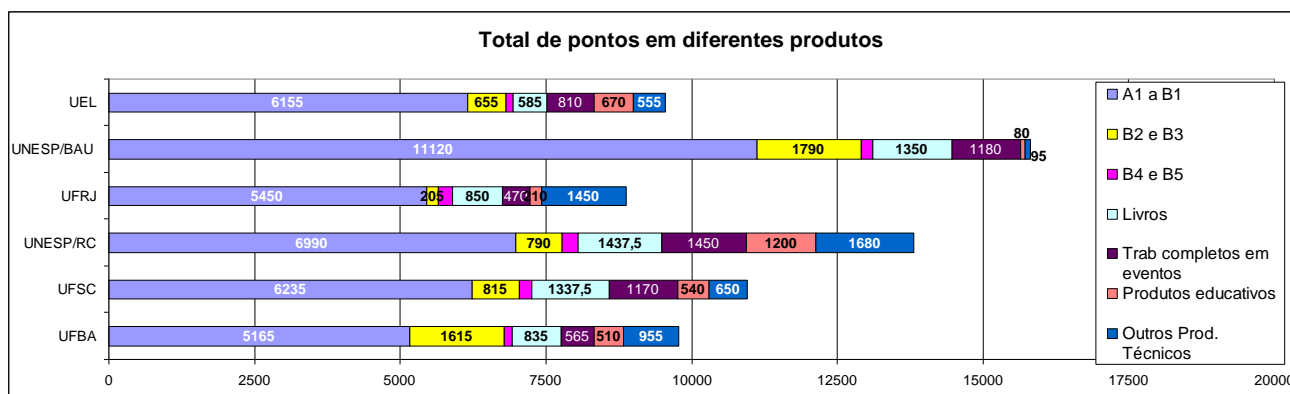


Figura 13: Indicadores comparativos de produção intelectual qualificada (em pontos) em periódicos A1-B5 e em livros, trabalhos completos em anais de eventos, materiais educativos e outros produtos técnicos, nos seis Programas indicados a nota 6.

As Figuras 12 e 13 mostram o alto peso da produção A1-B1 dos PPG indicados. Esse resultado se articula com a boa representatividade do Brasil no ranking geral do SCImago com dados de 1996 a 2001 (Figura 14). No total o Brasil é o 15º país do mundo, numa comparação da produção internacional (Figura 14A) mas na produção do campo da Educação/Ensino ("Education") o Brasil sobe para a 8ª colocação (Figura 14 B).

Complete list.				Subject Area: Social Sciences. Subject Category: Education. Period: 1996-2011.			
	Country	Documents	Citable documents		Country	Documents	Citable documents
1	United States	6.149.455	5.738.593	1	United States	63.469	59.391
2	China	2.248.278	2.226.529	2	United Kingdom	17.768	16.674
3	United Kingdom	1.711.878	1.550.373	3	Australia	7.881	7.559
4	Japan	1.604.017	1.563.732	4	Canada	6.756	6.387
5	Germany	1.581.429	1.490.140	5	Germany	3.112	2.888
6	France	1.141.005	1.073.718	6	Spain	2.955	2.860
7	Canada	885.197	836.836	7	Turkey	2.730	2.670
8	Italy	851.692	803.004	8	Brazil	2.725	2.657
9	Spain	665.977	623.236	9	Netherlands	2.678	2.566
10	India	634.472	602.868	10	Taiwan	1.941	1.893
11	Australia	592.533	551.667	11	Israel	1.902	1.841
12	Russian Federation	527.442	521.993	12	New Zealand	1.799	1.707
13	South Korea	497.681	487.459	13	China	1.698	1.662
14	Netherlands	487.784	457.933	14	Hong Kong	1.472	1.406
15	Brazil	391.589	378.540	15	South Africa	1.376	1.340
16	Taiwan	351.410	343.223	16	Sweden	1.313	1.270

Figura 14: Ranking internacional de produção científica SCImago.

Isso reforça a importância da publicação da Área de Ensino em periódicos indexados no ISI/Scopus, situados especialmente nos estratos A1 e A2 do Qualis da Área, para quais os seis programas indicados contribuem fortemente, como se percebe na Figura 11A.

O CTC-ES, em sua 150ª reunião, ratificou a indicação de 3 Programas: UNESP/BAU, UEL e UFSC, que apresentaram o maior número global de conceitos MB nos diversos itens dos cinco quesitos (Figura 9), e a evitar um aumento abrupto do número de cursos neste estrato, que não contava ainda com nenhum Programa até a trienal 2013.

## VI. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO COM TRIÊNIO ANTERIORES 2007 e 2010

Em síntese, após os intensos cinco dias de trabalho da comissão ao longo de mais de 8 a 10 horas diárias, bem como das 2 semanas de reunião deliberativa do CTC-ES também com 10 a 12 horas de trabalho diárias, foram atualizadas as notas para 33 PPG acadêmicos e 40 PPG de Mestrado Profissional da Área de Ensino, com a distribuição de notas mostrada na Figura 15 A e 15 B, e na lista de Programas da Tabela 12.

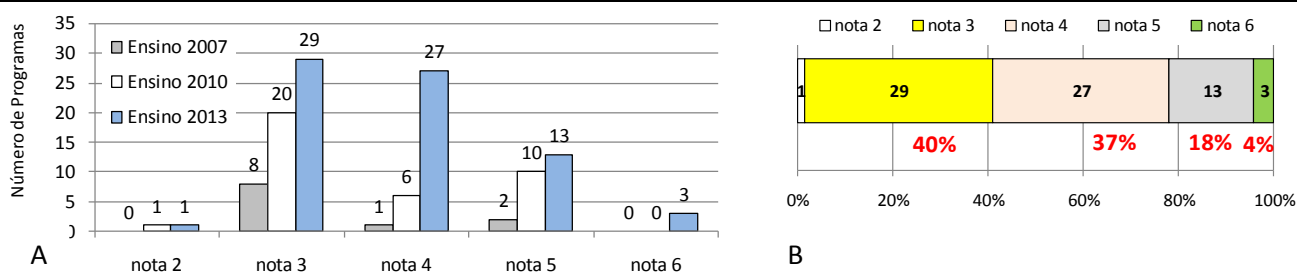


Fig. 15A e 15B: Número (A) e porcentagem (B) de Programas nas diferentes escalas de notas na trienal 2013 na Área de Ensino, segundo as indicações da Comissão de Avaliação.

**Tabela 11: Alguns indicadores comparativos da evolução temporal da Área**

	2004-2006	2007-2009	2010-2012	Índice de variação na trienal (2013/2010)
<b>Docentes permanentes</b>	397	742	670	0,9
<b>Teses de doutorado</b>	39	142	270	<b>1,90</b>
<b>Dissertações de Mestrado acadêmico</b>	750	1053	1233	1,17
<b>Dissertações de Mestrado Profissional</b>	163	702	1157	<b>1,65</b>
<b>Artigos (A&amp;B)</b>	576	1661	2550	<b>1,54</b>
<b>Livros e capítulos L1-L4</b>	--	462	1025	<b>2,22</b>
<b>Artigos publicados/DP</b>	1,5	2,2	3,8	<b>1,73</b>
<b>Trabalhos completos em eventos (discentes)</b>		4446	3236	0,73

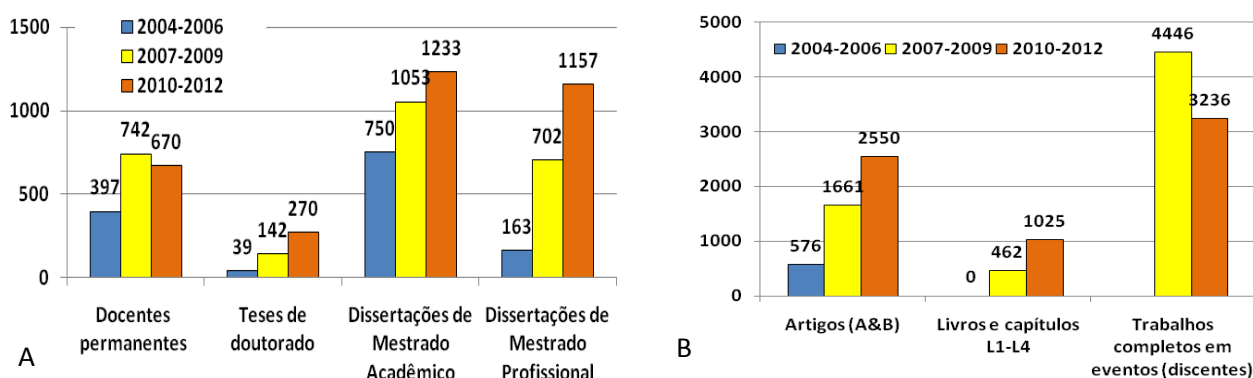


Figura 16A e 16 B: Evolução de sete indicadores de desempenho da Área de Ensino de 2004 a 2012

O deslocamento das colunas para a direita (Figura 15 A), com aumento do número de programas notas 4, 5 e 6, é o melhor indicativo da melhoria do desempenho da Área de Ensino. Na Tabela 12 estão marcados em cores os PPG que alteraram sua nota para mais (4, 5 ou 6). Um programa foi descredenciado por não apresentar desempenho mínimo compatível com a Área.



**Tabela 12: Mudanças de notas dos Programas Acadêmicos e Profissionais na Área de Ensino**

IES	PROGRAMA	Nível	Nota 2010	Nota 2013	IES	PROGRAMA	Nível	Nota 2010	Nota 2013
UNESP/BAU	Educação para a Ciência	M/D	5	6	UFRGS-EF	Ensino de Física	F	5	5
UEL	Ensino de Ciências e Educação Matemática	M/D	5	6	UNIC SUL	Ensino de Ciências e Matemática	F	4	5
UFSC	Educação Científica e Tecnológica	M/D	5	6	UFRN	Ensino de Ciências Naturais e Matemática	F	4	4
UNESP/RC	Educação Matemática	M/D	5	5	UNB	Ensino de Ciências	F	4	4
UFBA	Ensino, Filosofia e História das Ciências	M/D	5	5	PUC/ SP	Educação Matemática	F	4	4
UFRJ-ECS	Educação Em Ciências E Saúde	M/D	5	5	UNIFESP	Ensino em Ciências da Saúde	F	4	4
PUC/SP	Educação Matemática	M/D	5	5	CEFET/RJ	Ensino de Ciências e Matemática	F	4	3
UFRGS-EF	Ensino de Física	M/D	5	5	UEPB	Ensino de Ciências e Matemática	F	3	4
UNICAMP	Ensino e História de Ciências da Terra	M/D	4	5	UFRJ-EF	Ensino de Física	F	3	4
USP	Ensino de Ciências (Modalidades Física, Química E Biologia)	M/D	4	5	UniFOA	Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente	F	3	4
FIOCRUZ	Ensino em Biociências e Saúde	M/D	4	5	IFRJ	Ensino de Ciências	F	3	4
UNIC SUL	Ensino de Ciências	M/D	4	5	UNIGRANRIO	Ensino das Ciências	F	3	4
UNIBAN	Educação Matemática	M/D	4	5	PUC/ MG	Ensino	F	3	4
UFRGS-UFSM-FURG	Educação em Ciências Química de Vida e Saúde	M/D	4	5	UTFPR-ECT	Ensino de Ciência e Tecnologia	F	3	4
UFPA	Educação em Ciências e Matemáticas	M/D	4	4	FURB	Ensino de Ciências Naturais e Matemática	F	3	4
UFRPE	Ensino das Ciências	M/D	4	4	UNI-VATES	Ensino de Ciências Exatas	F	3	4
ULBRA	Ensino de Ciências e Matemática	M/D	4	4	UFRGS-EM	Ensino de Matemática	F	3	4
UEM	Educação para a Ciência e a Matemática	M/D	4	4	UNIFRA	Ensino de Física e De Matemática	F	3	4
PUC/ RS	Educação em Ciências e Matemática	M/D	4	4	UFOP	Educação Matemática	F	3	3
CEFET/RJ	Ciência Tecnologia e Educação	M/D	3	4	UFAL	Ensino de Ciências e Matemática	F	3	3
UNICAMP	Multi unidades em Ensino de Ciências e Matemática	M/D	--	4	UFC	Ensino de Ciências e Matemática	F	3	3
UFMT.UE A.UFPA	Educação em Ciências e Matemática –Rede	D	--	4	UFMT	Ensino de Ciências Naturais	F	3	3
UFRJ-EM	Ensino de Matemática	M	3	4	UFJF	Educação Matemática	F	3	3
UFPE	Educação Matemática e Tecnológica	M	3	4	UFSCAR	Ensino de Ciências Exatas	F	3	3
UFG	Educação em Ciências e Matemática	M	3	4	URI	Ensino Científico e Tecnológico	F	3	3
UFMS	Educação Matemática	M	3	4	UFMS	Ensino de Ciências	F	3	3
FUFSE	Ensino de Ciências e Matemática	M	3	3	UFES	Ensino de Física	F	3	3
UFPR	Educação em Ciências e em Matemática	M	--	3	USS	Educação Matemática	F	3	3
UEA	Educação em Ciências na Amazônia	M	--	3	IFES	Educação em Ciências e Matemática	F	--	3
UESB	Educação Científica e Formação de Professores	M	--	3	UNIFEI	Ensino de Ciências	F	--	3
UFABC	Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática	M	--	3	UTFPR-FCET	Formação Científica, Educacional e Tecnológica	F	--	3
UESC	Educação Matemática	M	--	3	UFG	Ensino na Saúde	F	--	3
UERJ	Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade	M	--	3	UFPEL	Ensino de Ciências e Matemática	F	--	3
					UERR	Ensino de Ciências	F	--	3
					UEPA	Ensino em Saúde na Amazônia	F	--	3

OBS:  
CA= Comissão de Área  
CTC= Conselho Técnico  
Científico da CAPES-  
Ensino Superior

			UFF	Ensino de Ciências da Natureza	F	--	3
			UNAERP	Saúde e Educação	F	--	3
			UNIPAMPA	Ensino de Ciências	F	--	3
			IFG	Educação para Ciências e Matemática	F	--	3

O aumento do número de teses e dissertações, bem como de artigos e livros (Tabela 11 e Figuras 16A e B) são a base deste bom desempenho. Nota-se uma diminuição global da produção de trabalhos completos em Anais de eventos (Tabela 11 e Figura 16B), que provavelmente deva corresponder ao forte estímulo para publicação de artigos já apontado no relatório da última avaliação trienal.

Cabe comentar o bom desempenho da Área no incremento da publicação de artigos, que aumentou 54%, enquanto os trabalhos completos em Anais de eventos foram relativamente reduzidos (queda de 27%). Possivelmente isso se deva ao estímulo registrado no documento de Área de 2010 à produção bibliográfica qualificada, associado à introdução dos novos critérios de estratificação dos periódicos (Qualis periódicos), em sintonia com as decisões da CAPES de criação da Área de Ensino e de sua readequação ao novo escopo. A redução da produção de trabalhos em Anais de eventos acompanha o incremento da produção qualificada de artigos, o que é muito positivo e indica amadurecimento da Área, sem deixar de valorizar a apresentação no ambiente de encontros dialógicos importantes para a Área. Esse menor peso relativo da produção em Anais de Eventos também foi notado na pontuação global (Figura 6), que é de menor impacto nos PPG que alcançaram as melhores notas. Esse também foi o motivo pelo qual a coordenação deixou a cargo de cada consultor da comissão de avaliação a escolha por glosar ou por pontuar a mais trabalhos em Anais de Eventos que se referissem a estratos de mais alta qualidade, como indicado no documento de Área. Uma comissão trabalhou na estratificação dos eventos, com uma metodologia adaptada da usada na Área interdisciplinar, e essa classificação ficou disponível para a comissão de avaliação, que terminou optando por não utilizá-la.

Também é digno de nota o grande incremento da produção em livros e capítulos (Tabela 11 e Figura 16B), que aumentou 222% em relação à trienal anterior, possivelmente em resposta à perspectiva de valorização e de qualificação dessa produção, cada vez mais e melhor registrada no Coleta-CAPES. O volumoso e criterioso trabalho das duas comissões que trabalharam na atualização do Qualis-periódicos e na classificação dos livros certamente pavimentam esse processo, que a nosso ver teve grande sucesso.

Vale ainda o registro do desempenho na produção acadêmica e técnica (Figuras 5 e 6, e Tabela 13) na Área, para comparação futura do desempenho do novo Qualis-periódicos, e para um futuro e necessário sistema de qualificação de produtos educativos, tecnologias sociais e produtos técnicos em geral, particularmente pela magnitude e relevância dos Programas de Mestrado Profissional na Área.

**Tabela 13: Alguns indicadores para comparações futuras**

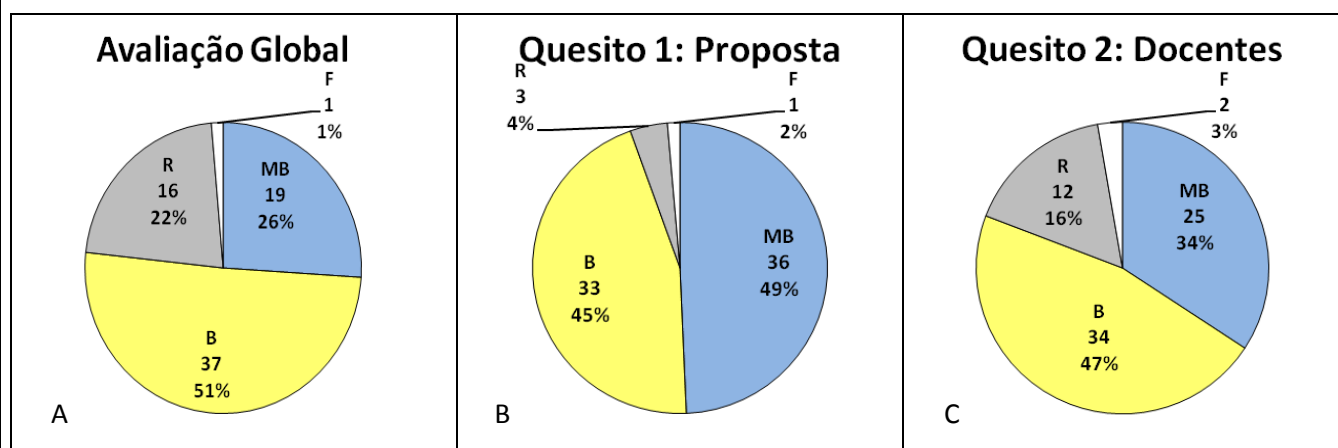
Indicador (3 anos)	Resultado 2010-2012
Materiais educativos	2800
Outros produtos técnicos	4243
Artigos A1	393
Artigos A2	416

O Documento de Área previa um trabalho de qualificação da produção técnica para incorporação na avaliação trienal, mas o tempo exíguo não permitiu que ele fosse feito a contento. No entanto, alguns avanços foram obtidos: (a) a produção técnica relatada foi dividida em produção relativa a materiais e tecnologias educativas (produtos educativos e outros), que foi totalizada na base de 10 pontos por produto; (b) a produção técnica de outra natureza, que foi totalizada com 5 pontos por

Artigos B1	1121	produto; assim, ambas foram valorizadas; (c) os PPG enviaram à coordenação uma planilha com produtos escolhidos para compor um <b>futuro catálogo de produtos educativos da Área de Ensino</b> . Esse trabalho será conduzido pela coordenação da Área, com vistas à maior visibilidade dos produtos educativos, à sua maior inserção e disseminação na Educação básica e construção de melhores parâmetros para a avaliação dos Mestrados Profissionais.
Artigos B2	679	
Artigos B3	372	
Artigos B4	359	
Artigos B5	352	
<b>Artigos A1-B1/DP</b>	<b>2,9</b>	
<b>Pontos totais/DP</b>	<b>324</b>	

O registro preciso do número de artigos publicados nos sete estratos do Qualis-periódicos (Figura 3 e Tabelas 11 e 13) permitirá comparação futura, e aperfeiçoamento do trabalho de classificação, que, como sabemos, ainda comportou alguns erros, assinalados por coordenadores e docentes. Eles deverão ser corrigidos na próxima atualização do sistema do Qualis.

Além do crescimento exponencial do número de PPG na Área (Figura 1), o aumento de programas nas notas 4, 5 e 6 (Figura 13) indica um forte aumento da qualidade dos trabalhos de formação de recursos humanos e de produção acadêmica e técnica. Dos 10 PPG nota 5 da Área em 2010 (9 acadêmicos e 1 profissional), 6 foram indicados para a nota 6, 3 foram ratificados pelo CTC-ES e os demais se mantiveram na nota 5. Dos onze PPG acadêmicos e seis PPG profissionais nota 4 na Área em 2010, seis foram indicados para a nota 5 (sendo 1 profissional), oito mantiveram a nota 4 e um teve sua nota reduzida de 4 para 3. Dentre os programas nota 3, quatro PPG acadêmicos e dez mestrados profissionais foram recomendados para nota 4, e um PPG profissional foi descredenciado para nota 2. As notas refletem a combinação dos cinco quesitos da ficha de avaliação, apresentados na Figura 17 para fins de percepção do desempenho geral da Área.



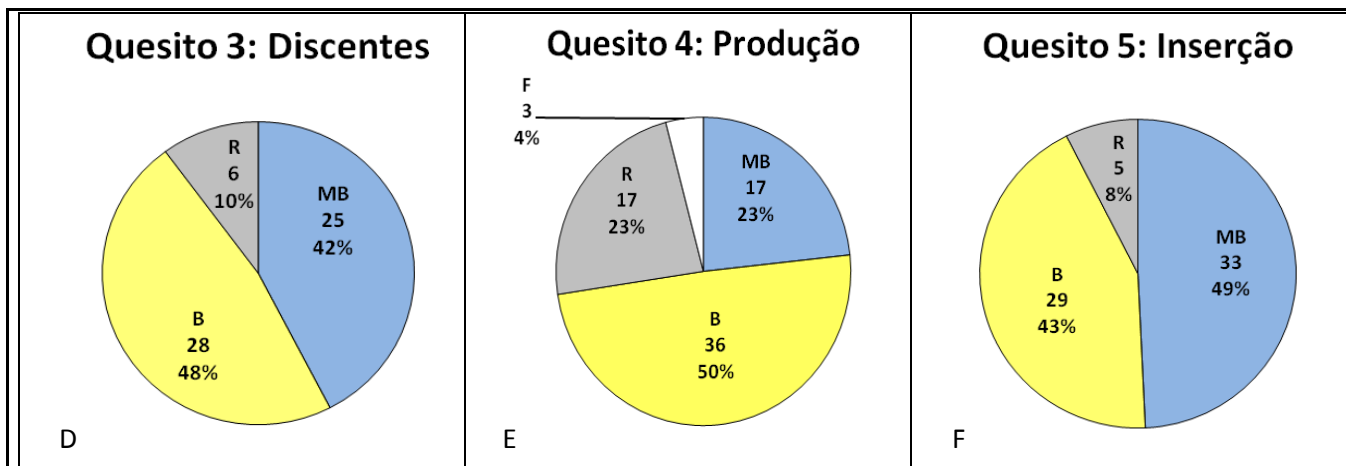


Figura 17 (A-F): Frequência de conceitos MB, B, R e F na avaliação global e nos diferentes quesitos da ficha de avaliação dos PPG da Área de Ensino.

Os dois quesitos em que os PPG da Área atingem a maior frequência de conceito MB são a Proposta (Quesito 1) e a Inserção social (Quesito 5). Como são de avaliação qualitativa, a Área fará um esforço em Seminários futuros para a melhor precisão possível dos conceitos MB, B, R, F e D, tomando como referência a seguinte métrica adotada em outra Área da Capes:

Quesito 1: Proposta do Programa:

Item 1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular. **Muito Bom** - O programa ou curso apresentou articulação definida entre área(s) de concentração, linhas de pesquisa, matriz curricular e projetos. Houve equilíbrio entre área(s) de concentração, linhas de pesquisa, corpo docente, disciplinas e projetos. Também ficaram evidentes: (a) objetivos claramente definidos; (b) critérios para seleção; (c) perfil do egresso; (d) critérios de credenciamento e reconhecimentos de docentes; **Bom** - O programa ou curso apresentou articulação definida entre área(s) de concentração, linhas de pesquisa, matriz curricular e projetos. Os objetivos e metas foram claramente definidos. Foram elencados critérios para credenciamento e reconhecimentos docente. O corpo docente não foi distribuído de forma equilibrada entre linhas, projetos e disciplinas. O perfil do egresso não foi bem delineado, considerando a proposta do programa ou curso; **Regular** - A articulação entre linhas de pesquisa, pesquisa, matriz curricular e projetos foi pouco consistente. Faltou definição nas linhas de pesquisa, o que as tornou similares a áreas de concentração, ou superposição na definição das linhas. Houve excesso de disciplinas que claramente não foram ofertadas ao longo do período do curso; **Fraco** - A proposta deixou evidente o desequilíbrio entre área(s) de concentração, linhas de pesquisa, matriz curricular e projetos. Faltou de clareza nos objetivos. Ausência de critérios para seleção discente bem como para credenciamento e reconhecimentos docente; **Deficiente** - A proposta do programa estava confusa, sem articulação entre área(s) de concentração, linhas de pesquisa e projetos. Problemas de especificação facilmente detectados.

Item 1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área. **Muito Bom** - O programa ou curso evidenciou planejamento acadêmico com vistas à capacitação docente e discente; política clara de capacitação para estágio pós-doutoral; parcerias institucionais ou demonstrou indícios de inserção internacional em vários níveis. No caso das nacionais ou internacionais, a reciprocidade ficou clara; **Bom** - Houve planejamento acadêmico com vistas à capacitação docente e discente. Parcerias institucionais ou interinstitucionais em nível nacional e internacional, mas sem

clara reciprocidade. Houve demonstração de integração nacional, envolvendo pesquisadores de diferentes regiões; **Regular** - Houve planejamento acadêmico com vistas à capacitação docente e discente. Os intercâmbios foram em nível nacional; **Fraco** - Faltou clareza no planejamento. Poucos intercâmbios nacionais; **Deficiente** - Ausência de planejamento e de intercâmbios.

Item 1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão: **Muito Bom** - Infraestrutura detalhada para atender às atividades de pesquisa, ensino e administração. Biblioteca com acervo físico e virtual atualizado. Política clara para aquisição de obras / documentos. Detalhamento de apoios financeiros para os projetos de pesquisa, que reflitam ganhos na infraestrutura da instituição no período. **Bom** - Infraestrutura detalhada para atender às atividades de pesquisa, ensino e administração. Biblioteca com acervo físico e virtual atualizado. Política clara para aquisição de obras / documentos; **Regular** - Infraestrutura detalhada para atender às atividades de pesquisa, ensino e administração. Falta de política para aquisição e atualização do acervo físico e virtual; **Fraco** - Infraestrutura precária para atender às atividades de pesquisa. A biblioteca não atendeu às demandas do programa ou curso; **Deficiente** - Infraestrutura que não atendeu às condições mínimas de funcionamento, seja em nível de pesquisa ou de ensino.

Além da predominância do conceito MB nos quesitos 1 e 5, o conceito MB também atinge 42% no Quesito 3, Corpo Discente, mas o conceito B ainda é majoritário na Área nos Quesitos 2, 3 e 4, indicando um grande potencial de aperfeiçoamento na formação e qualidade do Corpo docente e discente, e na produção acadêmica e técnica.

O quesito 4, produção, é o que acumula maior frequência de conceitos R (23% dos PPG da Área). Esse mapeamento da situação da Área em cada quesito e as referências de PPG com padrão de qualidade (notas 4 e 5) e de excelência internacional (nota 6), associados a um processo de cooperação que já está apontado no Documento de Área como desafio, deverão nortear o planejamento e o desenvolvimento dos PPG da Área de Ensino para o próximo triênio.

Por fim, cabe comentar um aspecto da avaliação que fornece aos Programas uma diretriz para o credenciamento e acompanhamento de novos docentes. Um indicador médio que pode ser proposto como meta para todos os docentes da Área é a publicação de **1 artigo A1-B1 por docente permanente por ano, ou 3 no triênio**. Alternativamente, tendo em vista a diversidade de programas acadêmicos e Profissionais na Área e a valorização de diferentes tipos de produtos acadêmicos e técnicos, outro indicador de qualidade para o credenciamento de docentes é o número total de pontos com os quais o docente efetivamente pode contribuir para a produtividade intelectual de seu programa. Esse indicador apresentou a média para a Área de 324 pontos por docente permanente no triênio, ou 106 pontos/DP por ano. Assim, também pode-se estimar que com a meta de 110 pontos/DP por ano, um docente poderá efetivamente contribuir com a produtividade de seu Programa. A depender do padrão de desempenho dos Programas, essas metas podem e devem variar, segundo as notas atuais de cada Programa. Nesse sentido, uma tabela de referência pode ser obtida após o trabalho de avaliação, como métrica para nortear tanto o planejamento dos atuais Programas como a proposição de novos programas para a Área, ou a migração de Programas de outras Áreas para a Área de Ensino.

**Tabela 13: Indicadores centrais de referência para a Área de Ensino com base na avaliação trienal 2013**

Indicador para 3 anos	Programas Acadêmicos			Programas Profissionais		
	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Nota 3	Nota 4	Nota 5
Pontos totais/DP	500	700	900	120	360	470
Pontos em artigos A1-B1/DP	150	250	350	60	90	180

Artigos A1-B5/DP	250	320	450	120	200	270
Materiais Educativos/DP	1	2	5	2	4	6
% mínimo de Docentes Permanentes	80%	75%	70%	80%	75%	70%

Cabe registrar o esforço empreendido pelos Programas da Área para relatar sua produção de materiais educativos, que não foi ainda adequadamente avaliada e nem estratificada, apesar dos instrumentos já propostos no Documento de Área, os quais deverão ser aperfeiçoados em conjunto com as demais ferramentas de avaliação, para percepção das diversas dimensões do impacto do trabalho realizado na Área de Ensino. As descrições, imagens e links internet para o acesso público a esses materiais deverão servir de base para a confecção de um catálogo virtual dos materiais educativos que são frutos dos conhecimentos gerados nas pesquisas desenvolvidas na Área, uma das metas da coordenação no triênio seguinte. Outro destaque a fazer é a referência à necessidade premente de se estruturar um sistema de avaliação e acompanhamento dos egressos da Área, desafio para todos os programas, docentes, discentes e coordenadores.

A demanda por melhorias no Ensino no Brasil é de tal ordem que não pode ser respondida isoladamente por qualquer Área da Capes, e nem creditada exclusivamente às Áreas de Ensino e de Educação, exigindo um esforço de articulação da intelectualidade nacional de modo inter e multidisciplinar, e intersetorial, e do adequado desenho e implementação de políticas públicas para a melhoria da Educação no país. **É bastante positivo o balanço total da Área no triênio 2010-2012, com 125 cursos ativos dos quais 23 de Doutorado, mais de 2.500 mestres e 270 doutores egressos do trabalho de quase 1000 docentes, e cerca de 4 mil matrículas ativas.** Ao se encontrar uma solução para o crônico problema do financiamento do processo de formação na Área, tendo em vista as conhecidas vulnerabilidades nas condições de trabalho e salário dos professores brasileiros, particularmente na educação básica, a Área de Ensino estará plenamente instrumentalizada para dar a maior contribuição possível ao desafio nacional de desenvolvimento da Educação.

Brasília, 29 de novembro de 2013

Tania C. de Araújo-Jorge- coordenadora pro-tempore

Área (46) de Ensino

DAV/CAPES



## ANEXO

### Programas com respectivos nota e nível

Área de Avaliação	Código PPG	Programa	IES	Nível	Nota 2013
ENSINO	31022014005P0	CIÊNCIA TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	CEFET/RJ	MD	4
ENSINO	31022014002P0	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	CEFET/RJ	F	3
ENSINO	31010016009P0	ENSINO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE	FIOCRUZ	MD	5
ENSINO	27001016025P9	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	FUFSE	M	3
ENSINO	41006011010P3	Ensino de Ciências Naturais e Matemática	FURB	F	4
ENSINO	30004012002P7	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	IFES	F	3
ENSINO	52005011002P5	Educação para Ciências e Matemática	IFG	F	3
ENSINO	31050018001P7	ENSINO DE CIÊNCIAS	IFRJ	F	4
ENSINO	32008015013P0	ENSINO	PUC/MG	F	4
ENSINO	42005019026P3	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	PUC/RS	MD	4
ENSINO	33005010030P9	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	PUC/SP	F	4
ENSINO	33005010005P4	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	PUC/SP	MD	5
ENSINO	12008010005P4	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA	UEA	M	3
ENSINO	40002012025P2	ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	UEL	MD	6
ENSINO	40004015023P2	EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A MATEMÁTICA	UEM	MD	4
ENSINO	15006018006P2	ENSINO EM SAÚDE NA AMAZÔNIA	UEPA	F	3
ENSINO	24004014006P5	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	UEPB	F	4
ENSINO	31004016063P9	Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade	UERJ	M	3
ENSINO	13003011001P6	Ensino de Ciências	UERR	F	3
ENSINO	28006011010P6	Educação Científica e Formação de Professores	UESB	M	3
ENSINO	28007018014P8	Educação Matemática	UESC	M	3
ENSINO	33144010009P8	Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática	UFABC	M	3

ENSINO	26001012027P9	Ensino de Ciências e Matemática	UFAL	F	3
ENSINO	28001010040P4	ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	UFBA	MD	5
ENSINO	22001018061P1	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	UFC	F	3
ENSINO	30001013044P2	Ensino de Física	UFES	F	3
ENSINO	31003010085P0	Ensino de Ciências da Natureza	UFF	F	3
ENSINO	52001016036P1	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	UFG	M	4
ENSINO	52001016051P0	Ensino na Saúde	UFG	F	3
ENSINO	32005016027P1	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	UFJF	F	3
ENSINO	51001012021P1	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	UFMS	M	4
ENSINO	51001012022P8	ENSINO DE CIÊNCIAS	UFMS	F	3
ENSINO	50001019028P3	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA - UFMT - UFPA - UEA	UFMT	D	4
ENSINO	50001019027P7	ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS	UFMT	F	3
ENSINO	32007019018P5	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	UFOP	F	3
ENSINO	15001016033P8	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICAS	UFPA	MD	4
ENSINO	25001019069P0	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E TECNOLÓGICA	UFPE	M	4
ENSINO	42003016042P6	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	UFPEL	F	3
ENSINO	40001016068P7	Educação em Ciências e em Matemática	UFPR	M	3
ENSINO	42001013098P9	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE (UFMS - FURG)	UFRGS	MD	5
ENSINO	42001013076P5	ENSINO DE FÍSICA	UFRGS	F	5
ENSINO	42001013091P4	ENSINO DE FÍSICA	UFRGS	MD	5
ENSINO	42001013081P9	ENSINO DE MATEMÁTICA	UFRGS	F	4
ENSINO	31001017106P0	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE	UFRJ	MD	5
ENSINO	31001017126P1	ENSINO DE FÍSICA	UFRJ	F	4
ENSINO	31001017122P6	ENSINO DE MATEMÁTICA	UFRJ	M	4
ENSINO	23001011032P4	ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	UFRN	F	4
ENSINO	25003011012P1	ENSINO DAS CIÊNCIAS	UFRPE	MD	4
ENSINO	41001010050P7	EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	UFSC	MD	6
ENSINO	33001014029P1	ENSINO DE CIÊNCIAS EXATAS	UFSCAR	F	3

ENSINO	42019010005P7	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	ULBRA	MD	4
ENSINO	33032017010P0	Saúde e Educação	UNAERP	F	3
ENSINO	53001010056P9	ENSINO DE CIÊNCIAS	UNB	F	4
ENSINO	33004056079P0	EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA	UNESP/BAU	MD	6
ENSINO	33004137031P7	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	UNESP/RC	MD	5
ENSINO	33107017003P8	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	UNIBAN	MD	5
ENSINO	33003017081P6	ENSINO E HISTÓRIA DE CIÊNCIAS DA TERRA	UNICAMP	MD	5
ENSINO	33003017092P8	Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática	UNICAMP	MD	4
ENSINO	33078017009P8	ENSINO DE CIÊNCIAS	UNICSUL	MD	5
ENSINO	33078017002P3	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	UNICSUL	F	5
ENSINO	32003013010P9	ENSINO DE CIÊNCIAS	UNIFEI	F	3
ENSINO	33009015066P5	ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	UNIFESP	F	4
ENSINO	31067018001P3	ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE	UNIFOA	F	4
ENSINO	42039010001P1	ENSINO DE FÍSICA E DE MATEMÁTICA	UNIFRA	F	4
ENSINO	31035019003P8	ENSINO DAS CIÊNCIAS	UNIGRANRIO	F	4
ENSINO	42046017006P6	Ensino de Ciências	UNIPAMPA	F	3
ENSINO	42014018002P2	ENSINO DE CIÊNCIAS EXATAS	UNIVATES	F	4
ENSINO	42010012006P2	Ensino Científico e Tecnológico	URI	F	3
ENSINO	33002010003P9	ENSINO DE CIÊNCIAS (MODALIDADES FÍSICA, QUÍMICA E BIOLOGIA)	USP	MD	5
ENSINO	31027016002P2	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	USS	F	3
ENSINO	40006018006P3	ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	UTFPR	F	4
ENSINO	40006018019P8	Formação Científica, Educacional e Tecnológica	UTFPR	F	3